JORNAL DAS PME

Director: *Joaquim Rocha da Cunha* | Novembro de 2005 | Ano II | Número 7

■ EMPRESÁRIOS MOSTRAM-SE PREOCUPADOS EM RELAÇÃO AO CLIMA ECONÓMICO NACIONAL

De *monstro* a bicho papão

Embora concordem com as medidas de cobrança das Finanças e da Segurança Social, os pequenos e médios empresários temem pelo agudizar da crise. Fruto de sucessivas más políticas, estas medidas pecam por chegar tarde e estarem a ser impostas às cegas. "Paga o justo pelo pecador", acusam os empresários.

Também a proposta de Orçamento de Estado apresentada recentemente pelo Governo não veio animar o tecido empresarial. Um Orçamento que não traz nada de novo, que insiste no aumento dos impostos e que continuará a conduzir as empresas ao endividamento e à diminuição do investimento é a opinião generalizada dos nossos empresários portugueses. *Páginas 2 a 4 e 14 a 16*

Desburocratizar, já! *Páginas 8 e 9*

Páginas 21 e 22

EMPREENDEDORISMO

A aventura de ser empresário

Um conjunto de iniciativas promovidas pela PME-Portugal têm conduzido à criação de novos projectos empresariais.

Página 16

INCENTIVOS

PRIME mantém apoio às PME

Gestor do PRIME garante que as PME, "promotor do desenvolvimento económico", continuarão a ser o alvo preferencial.

Página 6

ANTÓNIO BORGES

Novo modelo económico para Portugal

"Portugal está numa fase de falta de visão e de perspectivas de futuro", defende o economista António Borges.

associação pme portugal

CONHEÇA AS VANTAGENS DE SER ASSOCIADO PME

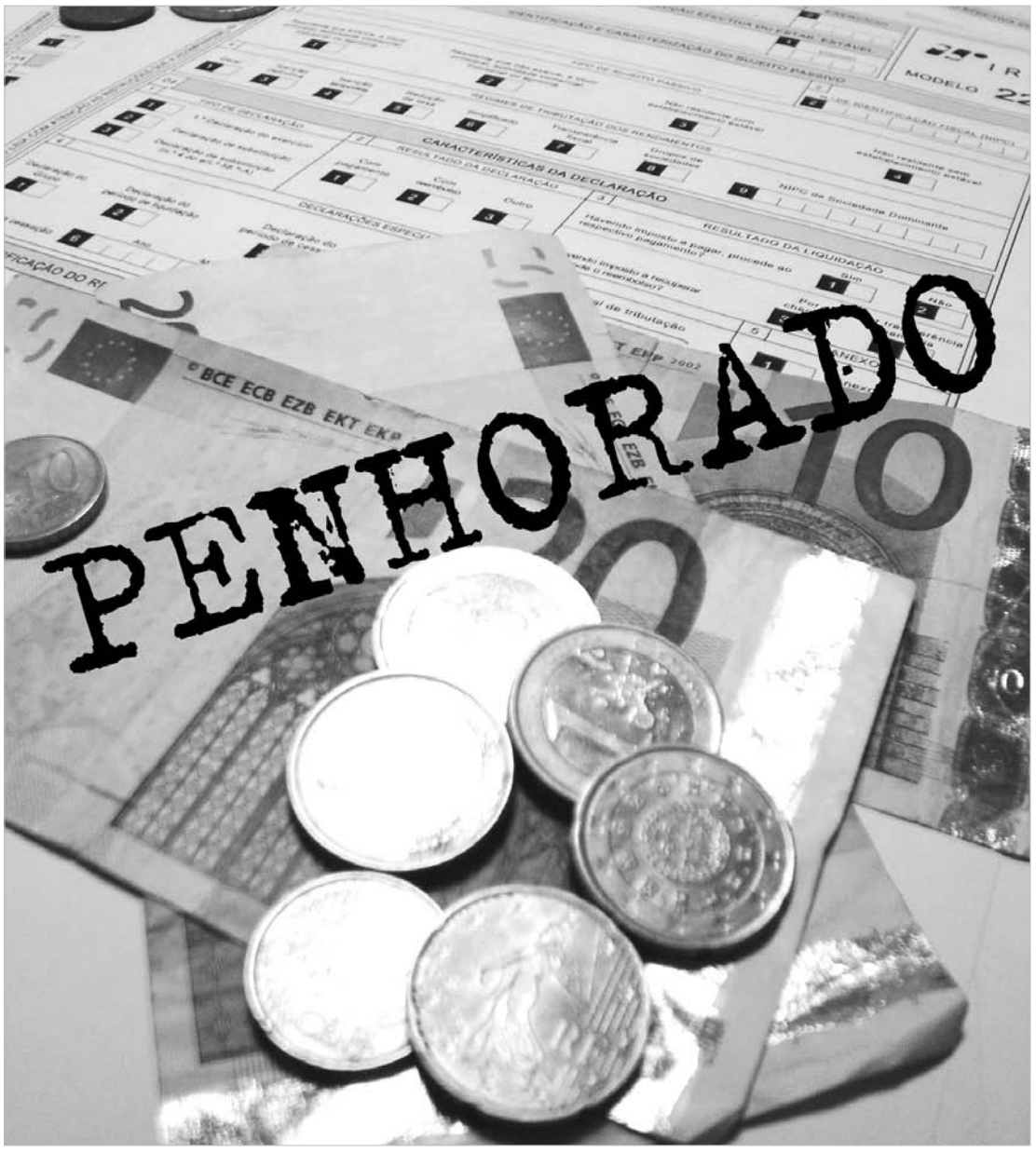
WWW.PME.ONLINE.PT | TEL: 707 50 1234 | FAX: 707 50 1235

PEQUENAS EMPRESAS.... GRANDES NEGÓCIOS.

■ EMBORA CONCORDEM COM AS MEDIDAS DE COBRANÇA DO FISCO E SEGURANÇA SOCIAL, EMPRESÁRIOS TEMEM PELO AGUDIZAR DA CRISE

O *bicho* papão!

Os Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social têm vindo a adoptar uma série de medidas e de procedimentos com vista ao aumento da eficácia na prevenção e combate à fraude e evasão, bem como ao nível da cobrança das dívidas fiscais e à Segurança Social. Uma breve consulta a alguns pequenos e médios empresários e profissionais da área da contabilidade permite-nos observar que estes não estão contra as medidas implementadas. No entanto, estas, fruto de "sucessivas más políticas", pecam por chegar tarde e estarem a ser impostas às cegas, "pagando o justo pelo pecador".



Sendo certo que, se após o anúncio público de medidas mais drásticas junto dos contribuintes em falta (ver caixa), centenas de empresas depressa regularizaram as suas dívidas, muitas outras há que, dada a sua situação económico-financeira extremamente difícil, não o podem fazer.

O que está ou irá acontecer a essas empresas? Por enquanto, o Gabinete de Intervenção Integrada para a Reestruturação Empresarial (AGiiRE) – organismo criado pelo Governo para identificar e apoiar processos de reestruturação empresarial, bem como articular acordos de regularização de eventuais dívidas ao fisco e à Segurança Social – remete-se ao silêncio.

Na realidade, é já um facto que a partir da data de notificação, o contribuinte tem 30 dias para liquidar a sua dívida, contestar ou negociar um modelo de pagamento. Findo este prazo, as secções distritais de execução da Segurança Social avançam para a penhora de bens e créditos e, no caso de continuar o incumprimento, avança a venda dos bens penhorados em hasta pública. Uma vez terminados todos os prazos para pagamento voluntário, se os proprietários quiserem reaver os seus bens terão de fazer o pagamento integral da dívida de uma só vez. Há quem conteste e afirme que penhorar os bens das empresas em caso de dívidas não contribui para o desenvolvimento do país e que deveria ser dada a hipótese de pagar as dívidas fiscais faseadamente, caso contrário contribui-se para o fecho destas empresas.

Segundo o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com o novo modelo de gestão da dívida a implementar no próximo ano, a penhora e venda em hasta pública será um passo corrente e automatizado e, consequentemente, inevitável perante o incumprimento junto da Segurança Social.

Factos

»»» Final de Agosto – Segurança Social avança com acção inédita de penhora simultânea de contas bancárias a quase 3 mil empresas com dívidas, "na sua maioria pequenas e médias empresas", segundo o secretário de Estado da Segurança Social. A dívida total ascende aos 120 milhões de euros. Foi dado o prazo até Novembro para a regularização das dívidas.

»»» 11 Outubro – Segurança Social inicia, a nível nacional, operação de venda em massa de imóveis penhorados a contribuintes com dívidas em processo de cobrança coerciva – mais de 120 imóveis no valor de 30 milhões de euros. Mais de metade dos casos pertencem a empresas.

»»» 13 Outubro – Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) avança com penhora electrónica de depósitos bancários e acções. São alvo os contribuintes com dívidas em processos de execução fiscal.

»»» 24 Outubro – No âmbito do Plano de Combate à Fraude e Evasão Contributiva e Prestacionais, Estado recuperou 173 milhões de euros de dívidas dos contribuintes à Segurança Social. Até ao final do ano, Governo pretende recuperar cerca de 200 milhões de euros em dívidas à Segurança Social.

»»» A DGCI avançou com processos de contra-ordenação às 40 mil empresas que não efectuaram o pagamento especial por conta (PEC) referente a 2004. Os contribuintes terão 10 dias a partir da data de notificação para explicarem o não pagamento.

»»» A DGCI tem mais de 22900 prédios penhorados, no valor de 477 milhões de euros, cuja venda poderá ocorrer ainda este ano.

APOSTE NO SEU FUTURO!
PLANO DE FORMAÇÃO 2005 II SEMESTRE JÁ DISPONÍVEL
CONTACTE-NOS PARA MAIS INFORMAÇÕES
TEL. 707 50 1234
FAX 707 50 1235
info@pmeportugal.com.pt
www.pme.online.pt
instituto pme formação

■ EMPRESÁRIOS ESTÃO RECEOSOS EM RELAÇÃO AO FUTURO

Paga o *justo* pelo pecador

Alberto Vieira
Urbanop – Urbanizações e Obras Públicas

■ *"Estado deve estender à vida privada das empresas os mesmos mecanismos de cobrança" defendem os empresários*

Estou de acordo com estas medidas, mas, tal como acontece geralmente, pecam por defeito. Isto porque o Estado não estende à vida privada das empresas aquilo que ele próprio estabelece para a resolução dos seus problemas.

Efectivamente, neste momento, um dos problemas mais graves é a cobrança por parte do Estado relativamente a todos nós, empresas e cidadãos. Mas não nos podemos esquecer do problema das cobranças entre as empresas. O que deveria acontecer, quando uma empresa não paga a outra, era facilitar o accionamento de processos de cobrança idênticos aos do Estado.

O Estado tem o direito de impor as medidas de coacção que entender, mas tem de criar legislação para que eu na minha empresa possa resolver também o meu problema. Se eu tenho um cliente que não paga, mas que tem bens e dinheiro no banco, ele tem de ser obrigado a pagar-me. O Estado não pode ser egoísta e pensar só nele.

Outro aspecto que gostaria de salientar tem a ver com o facto de se uma empresa está em dificuldades, por força de contingências do mercado, mas tem capital físico e humano e está localizada num bom local, a empresa deve ser leiloada na sua totalidade. E leiloar a empresa é pô-la a laborar. Só deve ser desmembrada, ou seja, vendida peça a peça, quando já não existem mesmo condições para que ela consiga voltar a funcionar. Há empresas que nas mãos de outras pessoas, com uma melhor gestão, podiam continuar a funcionar e até manter postos de trabalho, embora não se deva sujeitar os novos empresários da empresa a terem de aceitar aqueles mesmos trabalhadores.

O Estado, os políticos e a Banca são, no entender do empresário Alberto Vieira, "os principais responsáveis pela situação em que o país se encontra actualmente". Segundo o empresário, a banca é "um bando de agiotas" que "concedem mais facilmente crédito ao consumo privado do que às empresas". Como exemplos, refere que "é mais fácil comprar um carro a crédito do que uma máquina para a empresa" e "para a criação de uma empresa é quase impossível obter um financiamento com crédito hipotecário de terreno a mais de dez anos, ao passo que no estrangeiro se conseguem prazos mais dilatados".

José Carlos Freitas
Grupo Pachancho

Com medidas destas, se o Governo quer acabar com a indústria, seria mais fácil chegar junto dos jornais e da televisão e anunciar que, a partir de agora, não há mais indústria em Portugal, vamos ter apenas um país de comércio e serviços. De qualquer forma, concordo com estas medidas quando, depois de duas ou três oportunidades, uma empresa continuar a não querer negociar a dívida.

Mas, também não posso deixar de afirmar que isto está a ser feito às cegas. Era importante distinguir os "vigaristas militantes", ou seja, aqueles que fecham e abrem empresas na esquina seguinte e que, por hábito, sacam dinheiro ao Estado. Não é por causa da crise ou porque não vendem que estes empresários não pagam os impostos.

Agora, aqueles empresários que não conseguem cumprir junto do Estado, mas que, apesar de se encontrarem numa situação complicada continuam a conseguir pagar os ordenados aos seus trabalhadores, a eles deveria ser sempre dada a oportunidade de chegar a um acordo para a regularização das dívidas.

Por outro lado, aguardo resultados do novo mecanismo que criaram para este género de coisas – o AGiiRE. Esta era, realmente, uma excelente oportunidade para se criarem comissões (dando também emprego a meia dúzia de licenciados) para junto das empresas identificarem aquelas que com ajuda podem e têm de facto condições para continuarem a persistir.

De um modo geral, considero que estão a pôr os empresários em permanente estado de medo. Até agora era permissividade a mais, agora é uma 'caça às bruxas' inconcebível.

Esta situação é puramente culpa dos políticos. Acho que estão a passar para os empresários e para as empresas a incompetência e a inércia deles. Durante anos podiam ter feito coisas pela nossa economia, estruturalmente, que não fizeram e deixaram a situação chegar a este ponto. E agora está a pagar o justo pelo pecador.

■ RESPONSÁVEIS PELO GABINETE NÃO AVANÇAM AINDA COM QUALQUER BALANÇO

AGiiRE apoia processos de *reestruturação* de empresas

Actuar activamente no sentido da identificação de movimentos de reestruturação empresarial é a principal missão do Gabinete de Intervenção Integrada para a Reestruturação Empresarial (AGiiRE). E, nesse contexto, o AGiiRE tinha por objectivo "acelerar o processo de transição e reestruturação empresarial, bem como minorar eventuais impactos negativos ao nível da coesão social e territorial, resultantes dos processos de reestruturação".

Contactado pelo "Jornal das PME", foi-nos transmitido pelo Gabinete AGiiRE que "ainda é prematuro avançar com qualquer balanço", dado que a actividade deste organismo é ainda muito recente (criado através do Decreto Regulamentar nº5/2005, de 12 de Julho de 2005), remetendo "para mais daqui a algum tempo" pormenores sobre o seu decurso. Apesar de, nas últimas semanas, serem muitas as notícias sobre a questão das penhoras às empresas, as que estão em dificuldades continuam à espera da intervenção do AGiiRE, que funciona na dependência do ministro da Economia e da Inovação.

Constatamos que...

De parabéns estão a Câmara da Póvoa de Lanhoso – o seu ex-Presidente, derrotado por apenas 10%! – e o Ministério do Trabalho. Depois do encerramento – há muito anunciado – da LEAR e consequente desemprego directo de 800 pessoas, a PME-Portugal apresentou de imediato uma proposta para lá sedear uma incubadora de empresas e oficinas para criação de auto-empregos. Vá se lá saber, ninguém respondeu – se calhar não era relevante! Mas criaram, com pompa e circunstância, um "posto de emprego móvel", estatal, claro. Resultados: em 800 pessoas, nove respostas, menos de 1%! Os restantes, já sabem o que os espera: Suiça, França ou indigência!

NIRP

No âmbito da actividade do AGiiRE, e sempre que se considere adequado, é deslocado para cada empresa que enfrente um processo de reestruturação, insolvência ou falência, um núcleo de intervenção rápida e personalizada (NIRP), constituído por técnicos do Instituto do Emprego e Formação Profissional e da Segurança Social. Incumbe a cada NIRP aplicar, localmente e de forma individualizada, personalizada e adequada às necessidades específicas, os diversos instrumentos da política de emprego ou de protecção social.

A este respeito, foi notícia recentemente na imprensa que o NIRP que se deslocou à LEAR, na Póvoa de Lanhoso, colocou 9 em 800 trabalhadores.

■ MEDIDAS PODEM NÃO ESTAR A SER EXECUTADAS NOS MOLDES MAIS CORRECTOS

Tecto está a *cair* sobre a "cabeça" das empresas

Manuel Fernandes
Fernandes & Pimenta – Gestão Contabilidade e Fiscalidade, Lda.

Em minha opinião, no que respeita à última medida do fisco [penhora electrónica de depósitos bancários e acções], embora esteja bem pensada, está a ser mal executada. Tenho conhecimento que nos primeiros 15 dias de implementação houve muita confusão por parte da administração fiscal. Devido ao mau cruzamento de dados foram executadas penhoras de coisas que já tinham sido pagas ou estavam em pagamento.

A penhora electrónica surgiu para evitar o erro humano, mas parece-me que o erro electrónico acabou por ser maior. Logicamente, claro que também houve penhoras bem executadas.

Desde que tenham as informações bem introduzidas e o sistema funcione direito, penso que esta é uma medida correcta. Apesar de acabar por prejudicar ainda mais as empresas que estejam a atravessar grandes dificuldades. Como a questão agora passa a ser electrónica, já não há a sensibilidade para certas situações para as quais, se calhar, poderia haver.

Rui Rodrigues
Contass – Contabilistas Associados, Lda.

Não tenho conhecimento de clientes nossos que tenham tido contas bancárias penhoradas, mas, realmente, isso está a acontecer a várias empresas. Esta medida acaba por causar grande transtorno às empresas, principalmente àquelas que gerem apenas uma conta e de repente vêem-se impossibilitadas de a movimentar e de cumprir responsabilidades do seu dia-a-dia.

Imagine, por exemplo, o que é chegar ao final do mês e não poder pagar os salários. Os funcionários poderão não entender isso e ser o suficiente para deixarem de trabalhar. E se as empresas não laborarem também não produzem, e se não produzem não cumprem.

Nalguns casos pode ser a forma para as pessoas se mexerem e tratarem de pagar a dívida. Mas, não me parece que os moldes em que esta medida está a ser aplicada sejam os mais correctos.

Porventura, numa perspectiva empresarial, o mais correcto seria as Finanças penhorarem o crédito de um cliente da empresa incumpridora. Como a questão das cobranças é, hoje, um dos grandes problemas do tecido emrpesarial, a empresa não seria tão penalizada se a sua dívida ao Estado fosse sanada através da regularização da dívida de um cliente não à empresa, mas directamente ao fisco ou Segurança Social.

No entanto, não posso deixar de afirmar que o tecto está a cair sobre a cabeça das empresas e está a apertar tanto que já não conseguem respirar. Se assim continuar, qualquer dia já ninguém quer ser empresário.

APOSTE NO SEU FUTURO

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL - OHSAS 18001 / NP 4397
Duração: 16 Horas (2 Dias)
Local: Porto/Braga/Leiria.
Destinatários:
-Quadros superiores e médios com responsab. ao nível da gestão da segurança e na realização de Auditorias
-Consultores / Auditores que pretendam aprofundar ou reciclar os seus conhecimentos.

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE ISO 9001:2000
Duração: 16 Horas (2 Dias)
Local: Porto/Braga/Leiria.
Destinatários:
-Quadros Médios e Superiores com responsabilidades ao nível da Gestão da Qualidade.
-Consultores.
-Todos aqueles que pretendam adquirir ou aperfeiçoar conhecimentos

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL
Iso 14001 E Emas Íi
Duração: 24 Horas (3 Dias)
Local: Porto/Braga/Leiria.
Destinatários: Quadros médios e superiores com responsabilidades ao nível da gestão ambiental.

COMO CRIAR UM NEGÓCIO EM FRANCHISING?
Duração: 16H (2 Dias)
Destinatários: Todos aqueles que pretendam adquirir ou aperfeiçoar conhecimentos
Locais: Braga/Porto/Leiria/Lisboa

EXPANDIR A SUA EMPRESA ATRAVÉS DO FRANCHISING
Duração: 16H (2 Dias)
Destinatários: Todos aqueles que pretendam adquirir ou aperfeiçoar conhecimentos.
Locais: Braga/Porto/Leiria/Lisboa

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA INICIAL DE FORMADORES
Duração: 112 Horas
Destinatários: Profissionais que exerçam ou venham a exercer funções diferenciadas no âmbito da formação profissional, como Formadores e Coordenadores Técnico Pedagógicos de Formação Profissional.
Locais: Braga/Porto/ Lisboa

Formação e Especialização de Executivos

INSCRIÇÕES
www.pme.online.pt
formacao@pmeportugal.com.pt /
tel: 707 50 1234
fax: 707 50 1235

instituto pme formação

SGS

IQF

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA INICIAL DE FORMADORES

LISBOA | PORTO | BRAGA

DESTINATÁRIOS
Profissionais que exerçam ou venham a exercer funções diferenciadas no âmbito da formação profissional, como formadores e coordenadores técnico pedagógicos de formação profissional.

MÓDULOS
01 O Formador e o Contexto em que se desenvolve a Formação | 08h
02 Simulação Pedagógica (Autoscopia) Inicial | 12h
03 Teorias, Factores e Processos de Aprendizagem | 08h
04 Métodos e Técnicas Pedagógicas | 08h
05 Rel. Pedagógica, Animação de grupos em Formação e Gest.de percursos dif.de Aprendizagem | 12h
06 Definição e Estruturação de Objectivos de Formação | 08h
07 Os Recursos Didácticos na Formação e as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) | 16h
08 Avaliação da Aprendizagem | 12h
09 Avaliação da Formação | 04h
10 Planificação da Formação | 08h
11 Simulação Pedagógica (Autoscopia) Final | 16h

DURAÇÃO TOTAL: 112 horas

INFORMAÇÕES
Confere Certificado de Formação Profissional e Certificado de Aptidão Pedagógica de formador, emitido pelo IEFP.
Curso Homologado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P.)

INSCRIÇÕES
www.pme.online.pt
formacao@pmeportugal.com.pt /
tel: 707 50 1234
fax: 707 50 1235

TEL. 707 50 1234
FAX 707 50 1235
info@pmeportugal.com.pt
www.pme.online.pt

instituto pme formação

IQF

■ RECUPERAÇÃO DE DADOS INFORMÁTICOS

Qual o *valor* da sua informação?

David Marques
Data Recover Center

A informação armazenada em suportes magnéticos é um dos activos mais valiosos hoje em dia. A cada dia que passa as entidades dependem em maior grau da informação e da tecnologia, quer para uso empresarial, quer para uso pessoal. Dificilmente hoje somos capazes de imaginar um mundo sem informação a circular de um lado ao outro do globo, e facilmente imaginamos os prejuízos graves que podem ser gerados por perdermos o acesso à informação.

A grande maioria da informação disponível hoje em dia é armazenada em discos rígidos, que à medida que o tempo passa, atingem capacidades gigantescas. No entanto, segundo um estudo da Data Recover Center, aproximadamente 4% dos discos rígidos que se vendem sofrem falhas durante o primeiro ano e 75% das empresas não poderia sobreviver mais de 4 dias sem computadores.

Tendo em conta estes factores a Data Recover Center posiciona-se como o parceiro ideal quando necessita de recuperar a sua informação ou de protegê-la. A Data Recover Center é uma empresa especializada em Recuperação de Dados Informáticos e Soluções de Segurança de Informação. Conta com o Único Laboratório Nacional, equipado com a mais recente tecnologia para que seja possível recuperar os seus dados num tempo mínimo e evitar os problemas decorrentes da perda da informação. A Data Recover Center conta com um departamento técnico com mais de 7 anos de experiência nesta área e a eficácia do mesmo é comprovada por mais de 1.000 recuperações de dados efectuadas, com a maior garantia de confidencialidade dos dados.

O laboratório é importantíssimo para desenvolver esta actividade, e são instalações muito específicas pelo que existem apenas poucos do género em todo o mundo. Os dispositivos necessários para poder pôr um disco rígido a trabalhar com a tampa aberta, denominam-se câmaras limpas de classe 100, isto quer dizer que só podem ter uma concentração de partículas menores de 0,005 micros não superior a 100 por m3 de ar. A Data Recover Center dispõe de uma câmara limpa de classe 100 para a segurança dos seus dados, sendo reforçada esta classificação nos habitáculos de manipulação aumentando os filtros para classe 10, quer dizer 10 vezes menos partículas. O laboratório conta com um serviço de diagnóstico gratuito em menos de 3 horas e um serviço 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano.

A Data Recover Center elaborou um estudo através dos discos rígidos que recebeu no seu laboratório ao longo de vários anos, onde se analisam os diferentes motivos que provocam perdas de informação e os resultados são surpreendentes, como descrevemos a seguir:

- Problemas de Hardware – 44%
- Erro Humano – 32%
- Problemas de Software – 14%
- Virus – 7%
- Catástrofes Naturais – 3%

Os dados são surpreendentes, já que quase metade das perdas de informação se que produzem acontecem devido ao próprio funcionamento do disco rígido, sendo os erros humanos o segundo motivo principal. Os virus, diferentemente do que alguns possam pensar, representam apenas 8% das perdas de informação. Estes dados demonstram que por muito avançado que seja o sistema de cópias de segurança, ninguém está a salvo de sofrer uma perda de informação.

A Data Recover Center conta com uma ampla gama de serviços para satisfazer os seus clientes, entre os quais se destacam:

- Recuperação de Dados Informáticos
- Consultoria em Segurança Informática
- Apagar com Segurança
- Peritagem Informática
- Implementação de Sistemas Raid e Servidores
- Implementação de Sistemas de Backup
- Sistemas Anti-Vírus

www.datarecovercenter.com
geral@datarecovercenter.com
Tel. 707 200 017

em destaque

Candidaturas reabertas em LVT

Inseridas na estratégia de realinhamento do programa PRIME, foram reabertas as candidaturas na região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) para os projectos com co-financiamento FEDER e com co-financiamento FSE, bem como projectos de parcerias e de iniciativas públicas.

Mais informações em www.prime.min-economia.pt

Portugal Marca já arrancou

Numa iniciativa do ministro da Economia e Inovação, que confiou a operacionalização ao ICEP Portugal, o projecto "Portugal Marca", com um investimento total de 20 milhões de euros, irá até ao final deste ano definir a estratégia de reposicionar a imagem de Portugal no estrangeiro.

Segundo fonte do ICEP, "o 'Portugal Marca' é um projecto mobilizador apelando à intervenção da sociedade civil para a definição do que deverá ser a imagem exterior do nosso país. Mais de 300 peritos em áreas como o Turismo, Empresas, Gastronomia, Design e Arquitectura, Ciência e Cultura, vão contribuir, ao longo de seis sessões, para a formação de uma visão partilhada na forma como Portugal quer ser percebido no estrangeiro".

Após a realização destas sessões, resultará, a 8 de Novembro, um documento que será a base de trabalho para a definição da nova Marca Portugal que, o ICEP pretende que seja apresentada já durante o próximo mês de Dezembro.

INOV Jovem alargado

O Primeiro-ministro José Sócrates anunciou que o Governo vai alargar o programa de inserção de jovens qualificados nas empresas (INOV Jovem) de mil para três mil jovens.

O programa tem como principal objectivo facilitar a inserção de jovens qualificados até aos 35 anos nas empresas, bem como combater o desemprego jovem. Lançado em Julho deste ano, e com uma duração de quatro anos, o INOV Jovem abrange desde estágios profissionais até apoios à contratação de jovens por parte das empresas.

De acordo com os dados apresentados pelo Governo, nos primeiros três meses de implementação, o programa registou 297 candidaturas, abrangendo 2168 jovens.

Mais informações em www.inovjovem.gov.pt

Plano para o Crescimento e Emprego

Apresentado no final de Outubro, o Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008, que dá corpo à Estratégia de Lisboa, enumera uma estratégia e um conjunto de 125 medidas concretas com o objectivo, segundo o Governo, de "dar corpo à agenda de modernização do país no horizonte de 2008 e promover o crescimento e o emprego".

Com este novo instrumento pretende-se "dar resposta aos objectivos definidos nos domínios de crescimento e sustentabilidade das contas públicas, governação e administração pública, competitividade e empreendedorismo, investigação, desenvolvimento e inovação, coesão territorial e ambiental, eficiência dos mercados e qualificação, emprego e coesão social.

JORNAL DAS PME | Pedido de envio do Jornal

Nome:
Organização:
Tel.: fax:
Morada:
e-mail:
Comentário:

O **Jornal das PME: Jornal das pequenas e Médias Empresas de Portugal** tem por objectivo:
- Informar, esclarecer e alertar os empreendedores das PME nacionais para a actualidade económica e para o desenvolvimento de negócios.

O **Jornal das PME**, tem uma periodicidade mensal e a sua distribuição é gratuita.
Se pretender receber o Jornal das PME preencha, por favor, o formulário anexo (recorte ou fotocopie) e envie para:

- Rua André Soares, 755 - 1º Esq, 4715-035 Braga
  tel:707 50 1234
  fax: 707 50 1234

No caso de desejar receber mais que um exemplar do jornal, para distribuir num evento por exemplo, pedimos o favor de fazer chegar essa informação à PME-Portugal com a devida antecedência

■ POR: ESTEVÃO SILVA
DIRECTOR DA LIVRE EMPRESA, LDA

Consultório *Financeiro*

O que é o pagamento especial por conta? Quem tem que efectuar este pagamento?

O pagamento especial por conta é um tipo de pagamento por conta e vem complementar os pagamentos por conta já existentes. Os sujeitos passivos de IRC e que exerçam como actividades principais as de natureza comercial, industrial ou agrícola (sociedades comerciais, cooperativas ou empresas privadas) estão sujeitos ao pagamento especial por conta, excepto os sujeitos passivos abrangidos pelo regime simplificado. São também abrangidas pelo pagamento especial por conta todas as entidades não residentes mas que tenham um estabelecimento estável exercendo as suas actividades em território português.

Quando é que se liquida o pagamento especial por conta? Substitui os pagamentos por conta já existentes?

O pagamento especial por conta liquida-se em Março, caso o sujeito passivo opte por fazer o pagamento de uma só vez ou então em Março e Outubro caso, o mesmo, opte por duas prestações. Na segunda opção, as prestações deverão ser de igual valor.

O pagamento pode ser feito através de guia própria, via CTT, (Guia Mod/22 continente, Guia Mod/44 regiões autónomas), devendo-se preencher a linha 9 e indicar a data limite com o termo de prazo do respectivo pagamento ou pessoalmente numa repartição de finanças. Existe também o caso em que os sujeitos passivos não fazem coincidirem o pagamento do pagamento especial por conta com o ano civil. Neste caso o pagamento será efectuado no 3º mês (1 prestação) ou no 3º e 10º mês (2 prestações). O pagamento especial por conta também não anula o pagamento de outros pagamentos por conta previstos no art.º 83 do Código do IRC, uma vez que estes contemplam no seu cálculo o pagamento especial por conta.

■ ANTÓNIO BORGES CARACTERIZA O PAÍS COMO UM CASO EXTREMO DE BUROCRACIA PESADA E INEFICIENTE

"Portugal precisa de um novo modelo *económico*"

"Portugal está numa fase extremamente crítica de estagnação e, sobretudo, de falta de visão e de perspectivas de futuro". A afirmação é de António Borges que considera "o crescimento económico indispensável e fundamental". Durante a participação numa iniciativa no Norte do país, o economista abordou a questão da Nova Economia.

O país necessita de um novo modelo económico, "diferente daquele que temos andado a insistir e que não resulta". E aponta como "exemplos muito interessantes de funcionamento da Nova Economia" os Estados Unidos da América, algumas regiões da Ásia e a Europa do Norte. No caso dos Estados Unidos, "é o ritmo de introdução de novas tecnologias que explica uma parte muito importante do seu progresso económico". Inovação essa que não parte das empresas tradicionais, "que naturalmente não são as mais inovadoras", mas sim de empresas novas, já que se trata de um processo muito ligado à iniciativa empresarial.

Sérgio Freitas

■ *António Borges*

António Borges considera que "este processo de inovação tecnológica é muito aleatório, imprevisível e não controlável", pelo que "temos de aceitar a anarquia em que a economia funciona". Daí que "há que criar iniciativas, das quais a maioria vai fracassar". No fundo, trata-se de um "processo de tentativa e erro" que "só se faz com um grau considerável de iniciativa empresarial" e não com base nas empresas já existentes e muito menos com base no Estado". Até porque "o peso da tradição, das regras e normas de funcionamento de uma Administração Pública não é compatível com o espírito com que deve funcionar esta Nova Economia que é de facto um espírito de aventura".

É neste contexto que o economista sublinha a "necessidade de se criarem condições favoráveis aos empresários para se lançarem nesta aventura. Precisamos da ausência de barreiras e obstáculos". Por exemplo, "nos EUA encontramos, desde logo, um enquadramento regulatório extraordinariamente favorável, com completa liberdade de iniciativa". Ao passo que em Portugal, na França ou na Alemanha, a regulamentação é um conjunto de obstáculos que o empresário tem de enfrentar para lançar qualquer projecto". Portugal é mesmo "um caso extremo de burocracia muito pesada e ineficiente". Mesmo em países, como a França, onde é eficiente, "a burocracia acaba por desencorajar os empresários".

Outro ponto crucial para António Borges é a qualidade de vida, como "factor muito importante de localização das actividades económicas que exigem gente de muito talento". E neste ponto, Portugal poderá tirar bastantes vantagens, apesar de ainda estar num "estágio de desenvolvimento mais atrasado".

Estar na fronteira

A ligação entre as empresas e as universidades é um ponto crucial no qual é preciso continuar a insistir. Segundo António Borges, não basta estarmos ligados às universidades, criar pontes entre as empresas e os académicos e dispor do conhecimento. "É preciso, de facto, estar na fronteira e mobilizar o conhecimento". E se "nos Estados Unidos há esta cultura de inovação permanente é porque há também, logo à partida, nas universidades um nível de exigência que não tem qualquer paralelo".

Segundo António Borges, "em Portugal pensa-se na universidade, fundamentalmente, como instituição de ensino superior. E, de facto, as universidades têm que ensinar, dar aulas e formar as pessoas. Mas não é isso que é o papel fundamental das universidades. O papel fundamental das universidades é a investigação, é estar na fronteira do conhecimento e contribuir para o avanço dessa fronteira".

Neste contexto, é também preciso não esquecer que "não são os cientistas que são o valor, nem são os académicos quem lidera este processo, mas sim os empresários". Até porque "aqueles que são realmente inovadores são estudantes que nas universidades desenvolvem ideias e projectos, mas que depois só os concretizam quando se transformam em empresários". Portanto, "o papel dos empresários é essencial. E se a universidade conseguir lançar iniciativas empresariais e induzir as pessoas que estão no seu ambiente a transformarem-se em empresários estará a cumprir uma parte importante do seu papel nesta economia do conhecimento".

JORNAL DAS PME | Anúncios Classificados_ Ordem de Publicidade

Empresa
Morada
Tel.:
Localidade
Cód. Postal
Contribuinte nº

Texto (Escrever à máquina ou em letra de imprensa)

Indicar o espaço pretendido:

☐ **Preço por módulo:** 25 Euros + IVA
☐ **Tamanho:** 59 mm x 46 mm

Número de Módulos
Número de Inserções

Recortar e enviar para:
Rua André Soares, 755 - 1º Esq.
4715-035 Braga

Os pedidos devem chegar até ao dia 15 do mês anterior ao da publicação.
O pagamento deve ser feito por cheque passado à ordem da
Associação das PME-Portugal e anexado ao respectivo pedido.
Para outros esclarecimentos contactar através do **telefone 707 50 1234**

■ JOAQUIM ROCHA DA CUNHA, PRESIDENTE DA PME PORTUGAL

Um dia o *monstro* explode!

Sai mais uma edição do "Jornal das PME". Desde o seu início, tem sido o palco principal para os empresários anónimos que criam a riqueza do país. Para aqueles que não querem dar lições de gestão aos seus associados – mas a praticam diariamente nas suas micro e pequenas empresas. Para aqueles que sabem o que é responsabilidade empresarial – não porque venham de grandes corporações ou sejam ex-políticos a quem era necessário dar poiso – mas porque a praticam no quotidiano. Para aqueles que em vez de falarem na ética cristã, a praticam. Para aqueles, cujos negócios não dependem de conluios, de favores políticos e que não recebem lições de moral sobre "unicidade" empresarial. E se cultivam o "individualismo", é apenas porque sabem que nos dias que correm, a globalização só não faz da sobrevivência uma atitude, para aqueles que estão encostados às protecções da política e do Estado.

Isso não quer dizer que nos empresários e quadros das micro, pequenas e médias empresas não haja estratégia, capacidade de gestão, inovação, rasgo, ética e responsabilidade social, capacidade de actuar em conjunto. Não essas ideias feitas, entre políticos e algumas lideranças patronais, apenas conseguiram, num mui conveniente conluio atirar o país para o lamaçal em que se encontra.

São os mesmos que defendiam as privatizações em mãos nacionais, porque lhes convinha enquanto não as vendiam com elevados lucros.

São aqueles que antes eram adeptos da internacionalização – esquecendo a exportação – e agora, grandes gestores, descobriram que, afinal, país que não exporte bem, não pode ter empresas internacionalizadas!

São aliás os mesmos que estão de acordo com tudo o que venha de quem está no poder, sejam SCUTs, estádios, privatização da rede fixa da PT, orçamentos ruinosos!

Afinal sempre as mesmas caras, que em nome dos empresários e como seus "líderes morais" – porque ninguém os elegeu como tal – vêm, convenientemente, e de forma constante louvar um Plano Tecnológico – cujas medidas concretas as PME desconhecem. Do mesmo modo, como forma cúmplices de Orçamentos despesistas, de investimentos falhados, desde que, e naturalmente, isso beneficie em concreto os interesses que representam.

O Jornal das PME, foi é e será o espaço dos outros, e já agora, da maioria absoluta dos empresários. Daqueles que criam organização e a reproduzem. Daqueles que exportam. Daqueles que arriscam. Daqueles que anonimamente o fazem. O porta-voz da contra-corrente, do estado do país e da economia. Daqueles que não se resignam, trabalham e investem. Que sabem não poder esperar milagres estatais.

Mas que, não estando à espera de milagres, não aceitam, nem podem aceitar que o Estado consuma mais de 60% do PIB. Que os impostos, sejam eles IVA, IRS, produtos petrolíferos, radiodifusão, pagamento especial por conta, imposto municipal sobre imóveis, continuem de forma sistemática a subir, só porque não há coragem política.

Porque os mais de três milhões que as PME empregam neste país não têm nada contra os funcionários públicos. Mas não podem continuar a pagar uma factura da má administração, da falta de qualidade dos serviços, da desorganização, da burocracia em nome da lei, que tudo impede, que tudo dificulta, que conduz amiúde a labirintos propícios ao desinvestimento, ao desânimo ou ao compadrio e corrupção, que uma influente minoria de funcionários dirigentes praticam de facto.

Assim, neste quadro de gritaria geral, em que o país que produz, assiste indiferente, ao país do emprego para toda a vida, das reinvindicações e das greves selvagens – o que chamar à greve dos tribunais, senão isso, selvagem, arbitrária? – esse país está exausto.

Pelo que o Orçamento de Estado para 2006 é mais um daqueles próprios de empresas tecnicamente falidas: aumenta despesa, em especial dos autarcas, corta no investimento, aumenta administrativamente as receitas – porque tem clientes fixos, os pagadores de impostos, que não fugiram ainda deste território fiscal!

E o consenso que merece dos economistas é apenas porque estes temiam e bem pior – verbas para a OTA e TGV, que foram mitigadas no Orçamento. Mas se o foram, e bem, porque não o assume o Primeiro-Ministro, e deixa o Ministro dos Transportes anunciar, aquilo que sabe será só feito na próxima legislatura?

É que a memória dos empresários não é fraca. Sabem que estão a pagar estádios desnecessários, SCUT's ruinosas, uma "modernização da linha do Norte", uma capital europeia da cultura surreal, uma ponte sobre o Tejo que se prometia pagar a si própria…

E estão a pagar, a falta de coragem para extinguir o Estado desnecessário: extinguir direcções-gerais, concentrar Institutos públicos, vender ou concessionar imobiliário, reconverter e enviar para o sector privado – sim despedir! – as centenas de milhar de excedentários do funcionalismo, deixando os verdadeiros e capazes servidores serem premiados e pagos pelo seu trabalho.

Isto é radical? Não, não chega. É ainda necessário, fundir concelhos, fundir freguesias – porque nas autarquias os vícios e peso do Estado Central são copiados à sua escala.

Isso é muito radical dirão os habituais dirigentes do bloco central! Pois bem, desafio-os a fazerem um pequeno exercício, e o Ministro das Finanças – que espero dure mais que o prazo médio de seis meses dos seus antecessores – a esclarecer uma pequena e subtil dúvida? Se não houver aprovação do próximo quadro comunitário de apoio, como pensa pagar os salários dos funcionários públicos em 2007? É que o Governo desse ano, sem essa subsidiopendência, entrará em ruptura de tesouraria em Abril.

Isso sim é radical, meus senhores. Não tratem do monstro, que um dia ele vos explode mãos! O problema é que nos atinge a todos.

& SOBE DESCE

ALTO

Mi(ni)stério da justiça

Num Ministério que não tutela – a "justiça é independente", mas que tem que assegurar os meios de gestão – o trabalho do Ministro e do Secretário de Estado, João Tiago Silveira têm sido exemplares. Cortam em benefícios absurdos, impõem normas de eficácia, ditam sentenças-tipo, criaram em tempo record o "Empresa na Hora", apresentam mensalmente propostas de desformalização e desburocratização, tão importantes para as empresas. Apesar da gritaria, são um exemplo de eficácia governativa. E recomendam-se aos seus mais tímidos pares. Um verdadeiro mistério!

IGUAL

Concorrência

A Autoridade de Concorrência começa finalmente a mostrar trabalho. Não pela caça aos padeiros que deu em multas a moagens, pois isso é um caso menor. Mas pela descoberta da cartelização entre Farmacêuticas que estranhamente ou não, vinham propostas iguais no fornecimentos de medicamentos semelhantes a vários hospitais. Espera-se igual consequência das autoridades legais – afinal alguns gestores públicos andavam muito distraídos. E estarão porventura criadas condições para que possamos passar para cima neste ranking o Prof. Abel Mateus – em quem tão humildemente temos acertado. Para isso basta que ele exerça tão impiedosamente o seu mandato sobre a (não) concorrência nos mercados financeiros e de telecomunicações…

Subsídio de (des)emprego

Mecanismo de protecção social que há anos se tornara escapatória de medíocres. Em pleno emprego nos anos 90, as indústrias viam recusadas ofertas de trabalho. Agora, com o desemprego quase nos 8%, 1 em cada 3 desempregados recusa ofertas de emprego. Agora que o desemprego cresce, as prestações tornaram-se insustentáveis. A mudança nas regras, sendo mais exigentes com os mais novos e mais recentes no mercado de trabalho e definindo estritos limites para fundamentar a recusa do trabalho (!), são medidas acertadas do Ministério do Trabalho. Só falta mesmo, mudar de vez a lei laboral, que de tanto querer proteger, impede a livre contratação e a subida do emprego! No entanto, a proposta de retirar o subsídio de desemprego aos trabalhadores que rescindam por mútuo acordo vai tornar o mercado laboral rígido num mercado laboral jurássico.

Baixo

Ministro dos Transportes

As demissões na REFER, as insistências numa OTA e no TGV, fazem de Mário Lino, um personagem surreal num momento que exige contenção verbal e orçamental. Se no primeiro caso não há dúvida de que há pelo menos perseguição política (PS vs. PSD) e ajustes de contas entre "boys", no caso da OTA e do TGV as posições são ridículas e insustentáveis. Nunca demonstrou com números credíveis a viabilidade desses mega-projectos – mesmo se extorque os contribuintes em cada Orçamento. Andamos a pagar Ponte do Tejo, SCUTs, Casa da Música, "modernização" da linha do norte e outras asneiras! Agora, quer mandar as low-cost para Beja. Não se preocupe, Espanha está mesmo aqui ao lado: as pessoas como as empresas, podem livremente mudar de país - já que não mudam de "governantes". Mas como o TGV e a OTA só para a próxima legislatura, decerto o Ministério será outro…

ficha técnica

JORNAL das PME

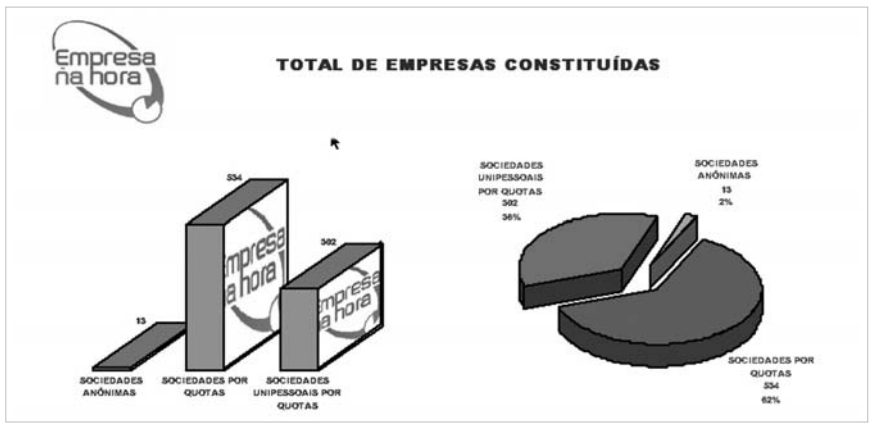
Director: Joaquim Rocha da Cunha | ***Direcção Comercial:*** PME-Portugal - email: info@pmeportugal.com.pt | ***Redacção:*** JEP - Jornal das Empresas Portuguesas | ***Grafismo e Produção:*** Cunh@ | ***Propriedade:*** PME-Portugal | ***Telefone:*** 707 501 234 | ***Fax:*** 707 501 235 | ***email:*** info@pmeportugal.com.pt | ***Impressão:*** Naveprinter | ***Tiragem:*** 30000 exemplares| ***Depósito Legal*** 225578/05| Registo ICS: 124583

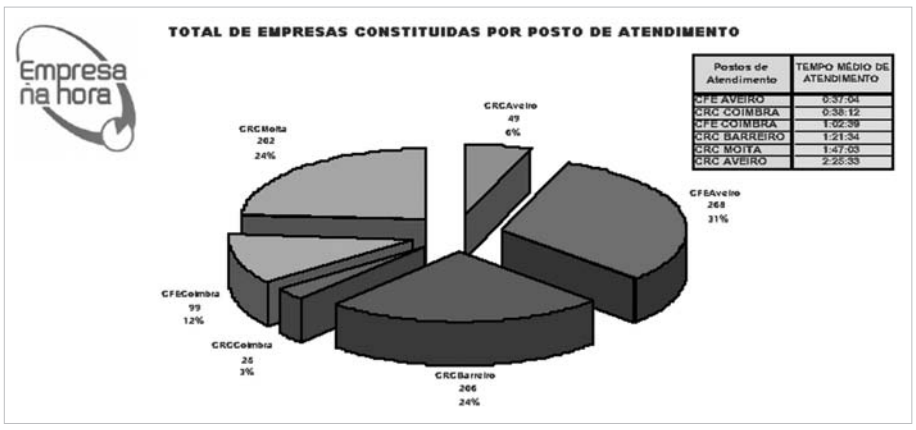
Esta edição é suplemento ao Vida Económica nº 1123, de 4 de Novembro de 2005.

■ EM BREVE, SERVIÇO SERÁ ALARGADO A OUTROS POSTOS DE ATENDIMENTO

"Empresa na Hora" já ultrapassou as 850 sociedades constituídas

Apesar de actualmente o serviço da "Empresa na Hora" estar disponível em apenas seis locais de atendimento, já foram constituídas mais de 850 sociedades. "Até ao final do período experimental", que decorre até 31 de Dezembro de 2005, fonte do Ministério da Justiça garante que "será anunciado o alargamento e a expansão do serviço da "Empresa na Hora" a outros locais de atendimento".





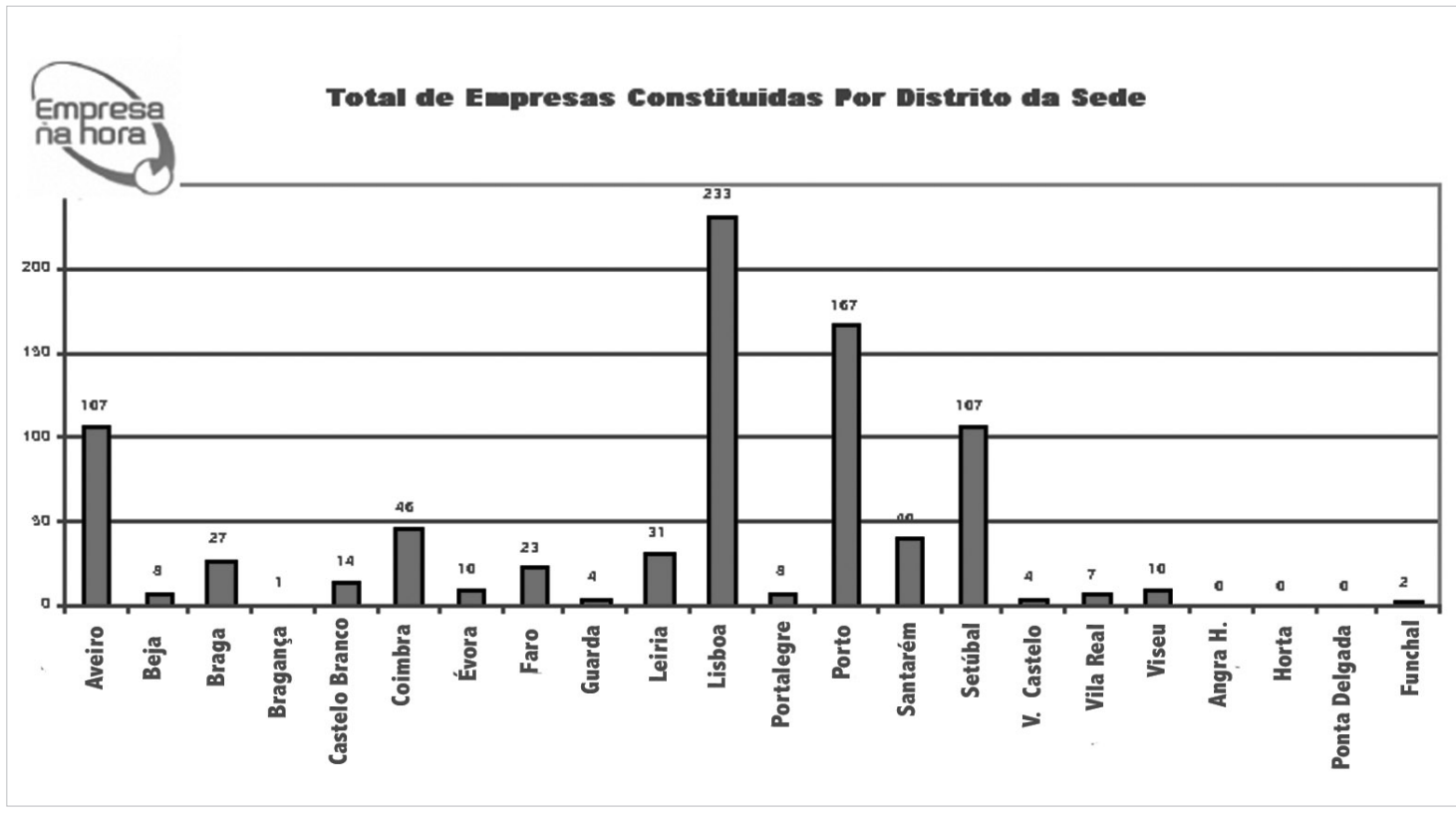
Segundo os dados que o Ministério da Justiça disponibilizou ao "Jornal das PME", desde 14 de Julho deste ano (data do arranque da "Empresa na Hora") até 13 de Outubro último foram constituídas 13 sociedades anónimas, 532 sociedades por quotas e 302 sociedades unipessoais por quotas.

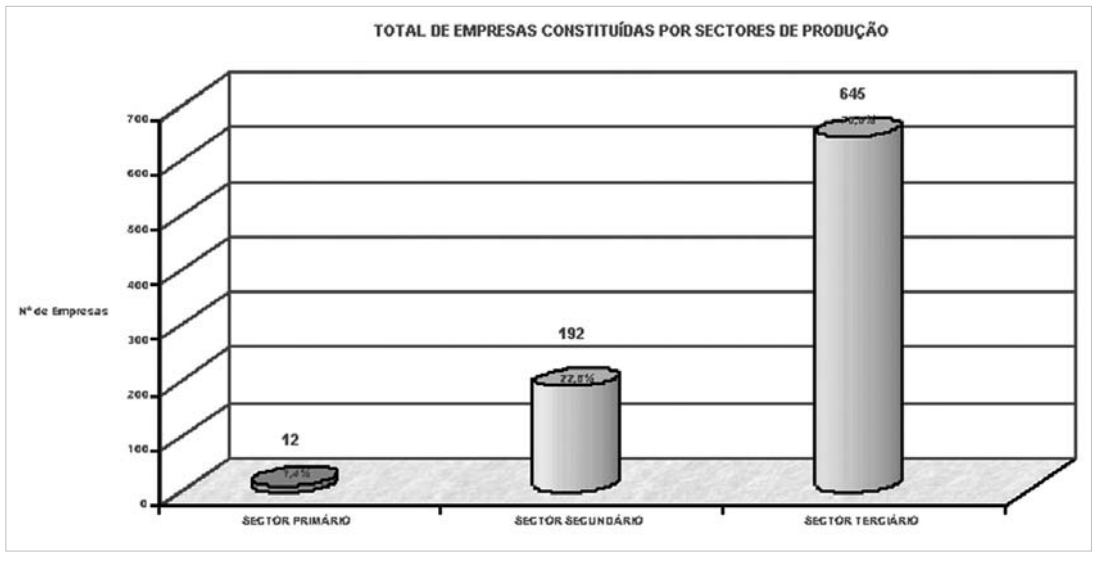
A média de "empresas na hora" constituídas por dia tem aumentado todos os meses, situando-se actualmente nas 15 sociedades/dia. O tempo médio de duração da constituição é cerca de 1h15m.

Lisboa (233 sociedades constituídas), Porto (167) e Setúbal e Aveiro (107, cada) lideram a tabela dos totais de empresas constituídas por distrito da sede. Outro dado a reter é o facto do sector terciário liderar no número de empresas constituídas por sectores, com 645 sociedades constituídas. Segue-se o sector secundário (192) e, por último, o sector primário (12)

Evitando burocracias (dado que apenas são necessários o Bilhete de Identidade, o número de identificação fiscal e o número de Segurança Social), a "Empresa na Hora" é um processo de extrema simplificação que permite, no próprio dia, efectuar-se o registo de criação de uma empresa.

Como vantagens, este serviço apresenta o facto de não ser necessário obter previamente o certificado de admissibilidade da empresa, junto do Registo Nacional de Pessoas Colectivas e deixa de ser necessária a celebração de escritura pública. No momento da constituição da sociedade é logo entregue o cartão definitivo de pessoa colectiva, comunicado o número de identificação da Segurança Social e a empresa fica imediatamente na posse do pacto social e da certidão do registo comercial.





Através do site www.empresanahora.mj.pt, os interessados podem aceder à lista de propostas de nomes para as futuras sociedades apresentada pela "Empresa na Hora", bem como outras informações pertinentes para quem esteja a pensar em criar, rapidamente, a sua empresa.

■ PARA A SIMPLIFICAÇÃO DAS DIFICULDADES LEGAIS DAS EMPRESAS

Desburocratizar, já!

Caro empresário,

A Associação das PME-Portugal, enquanto membro participante na "Comissão para Desformalização de Actos Societários" convidada pelo Ministro da Justiça, e que participou no processo de criação da "Empresa na Hora", convida todos os empresários e os seus associados a enviarem sugestões e denúncias acerca de dificuldades legais / burocracias /actos inúteis detectadas no dia-a-dia das suas empresas.

Na posse desses apontamentos que nos fizerem chegar, a PME-Portugal, através da referida "Comissão", apresentará propostas às entidades responsáveis com o objectivo de se efectuarem diligências no sentido da simplificação legal da vida das empresas. Sob o repto: DESBUROCRATIZAR, JÁ!

Envie-nos as suas sugestões para:
DESBUROCRATIZAR, JÁ!
Associação das PME-Portugal
Rua André Soares, 755
1º Esq. – 4715-035 Braga
Telf.: 707 50 1234
Fax: 707 50 1235
E-mail:
info@pmeportugal.com.pt

■ SERVIÇO ACABOU COM BUROCRACIAS

Empresários *satisfeitos*

O serviço "Empresa na Hora", de um modo geral, parece estar a corresponder às expectativas dos empresários nacionais. Afirmando que este "rápido processo" já há muito que deveria ter sido implementado em Portugal, os empresários contactados pelo "Jornal das PME" anseiam que esta desburocratização se alargue aos outros sectores da Administração Pública. Deixamos aqui os testemunhos de alguns empresários que criaram empresas no âmbito do "Empresa na Hora.

A primeira empresa criada pelo serviço "Empresa na Hora" no Centro de Formalidades de Empresas do Barreiro foi a Chipbox – Comércio e Reparação de Material Informático, Lda. No mesmo dia, Pedro Ramos concretizou o encerro de uma sociedade anterior e criou uma nova sociedade – a Chipbox. "Fiquei muito satisfeito e acho muito bem terem acabado com as burocracias que estavam inerentes a este processo", sublinha o empresário. "Lembro-me que quando criámos a primeira empresa, os processos burocráticos eram muitos, inclusive, existiam situações de longo tempo de espera devido a um papel" (designação social da firma, emitida pelo RNPC). Durante esse longo período de tempo "ficamos impossibilitados de trabalhar. Foi uma perda de tempo e de capital", explica o empresário.

Com o novo sistema, Pedro Ramos demorou pouco mais de uma hora. Terminado o processo, saiu do CFE na posse de um cartão que já lhe permitia começar imediatamente a trabalhar com a nova empresa. Em sua opinião, para além de acabar com a burocracia, "isto é também um incentivo para as pessoas apostarem mais na criação do seu próprio negócio".

O empresário do Barreiro considera ainda que, uma vez que "as novas tecnologias nos permitem fazer uma prestação de serviços muito mais rápida e eficaz (por exemplo, "é a Internet que proporciona os meios técnicos para que um projecto como o 'Empresa na Hora' seja viável"), outros sectores "deveriam funcionar como este sistema", designadamente as áreas de identificação pessoal, da saúde e muitas outras do serviço público.

■ *Empresários anseiam que a desburocratização se alarge a toda a Administração Pública*

Serviço rápido, mas incompleto

Por seu lado, já Pedro Fonseca, que constituiu a Universo-Global – Formação e Gestão Informática, Unipessoal, Lda. no CFE de Aveiro, tem algumas falhas a apontar ao serviço. Designadamente o facto de ter demorado três dias para finalizar o processo. Dado que o serviço ainda estava a funcionar há relativamente pouco tempo, "o código postal ainda não existia na base de dados e como não podiam inserir todas as informações necessárias, o sistema não concluía o processo de criação da empresa", explica o empresário.

"Sinto que falta um pouco mais de informação acerca deste sistema nos outros serviços", bem como no próprio "Empresa na Hora", acerca de determinados pormenores fundamentais quando se cria uma empresa. Pedro Fonseca exemplifica com o facto de ter dificuldades quando é necessário reconhecer assinaturas porque "criam confusão pelo facto da sede da empresa ser em Espinho e ter sido constituída em Aveiro", tal como aconteceu igualmente quando entregou o capital social.

Reconhecendo que a grande vantagem do "Empresa na Hora" é, de facto, a rapidez, considera que as pessoas que estão a receber os empresários dão pouca informação (ou não a têm).

■ SE PARA UNS ATÉ FOI FÁCIL, PARA OUTROS FOI BEM COMPLICADO

Na hora de escolher o nome...

A escolha dos nomes para a futura empresa de uma lista pré-definida é o único senão que recolhe unanimidade junto dos empresários.

"Foi um processo simples, rápido e eficiente", refere Jorge Vieira. "Não senti qualquer dificuldade em termos de atendimento, nem durante o tratamento do assunto". O único reparo que faz é relativamente à obrigatoriedade de ter de escolher um nome de uma lista que "deveria ser um pouco mais vasta na oferta de designações".

Apesar de não ter tido problemas em encontrar na lista que lhe apresentaram o nome que mais se adequava à actividade da sua empresa – Consigo pelo Mundo – Transportes e Entrega de Documentos Unipessoal, Lda. – reconhece que para alguns negócios haverá certamente dificuldades. "Escolher um nome é a condição número um para se constituir uma empresa e quando se fica limitado podem criar-se situações embaraçosas", salienta o empresário de Santa Maria da Feira.

Embora o processo tenha corrido "muito bem" e tivesse sido "rápido, sem falhas e de acordo com o anunciado na comunicação social", Inês Tomada apenas aponta a dificuldade encontrada no momento de escolher o nome para a empresa. "Alguns são nomes bem curiosos e a maior parte tem mais a ver com restauração e lazer e não propriamente com outras actividades, designadamente a nossa". De qualquer forma, a empresária deslocou-se do Porto a Aveiro e, numa tarde, constituiu a Cruz Grega – Clínica Médico-Cirúrgica, Lda..

A escolha também foi complicada para Pedro Fonseca. "Como a lista que nos fornecem demora sempre algum tempo a ser actualizada, nenhum dos três nomes que tinha em vista estavam disponíveis e tive de optar por um outro".

Embora considerem que terem de se cingir a uma lista de nomes previamente definida não é o mais desejável, os empresários compreendem que para o processo realmente rápido e eficaz, é um procedimento aceitável.

VENCER NO FRANCHISING

As vantagens, as desvantagens e os desafios

Será o franchising o caminho do sucesso?

Uma série de factores têm levado muitas pessoas a abrirem os seus próprios negócios. Mas, nem sempre todas se saem bem. Porque é que isto acontece? Essencialmente, por falta de experiência em gestão e desconhecimento do mercado. É, então, por esta razão, que cada vez mais empreendedores optam por iniciar os seus negócios no sistema de franchising. Ao oferecer uma estrutura organizacional mais eficiente, as possibilidades de sucesso aumentam.

Apesar do enorme crescimento do franchising por todo o mundo, incluindo Portugal, e de se ter tornado no principal e mais inovador sistema de criação de micro, pequenos e médios negócios, o seu sucesso depende inequivocamente do seu correcto e profundo conhecimento. Ter o seu próprio negócio é para muitos um sonho, mas que pode vir a revelar-se, mais tarde, num enorme pesadelo.

Conhecer bem o sistema e avaliar a sua aplicação na empresa, procurando sempre obter mais vantagens competitivas sobre a concorrência são, por isso mesmo, imperativos para quem se quer iniciar no negócio do franchising.

Embora não elimine totalmente os riscos inerentes a um negócio, é um facto que o franchising os minimiza. Se um negócio é um sucesso, o franqueado absorve parte do lucro do sistema. Se, pelo contrário, houver prejuízo, as regras são as mesmas.

De qualquer forma, o franchising é um método seguro e eficaz para as empresas que desejam ampliar as suas operações com baixo investimento e uma grande oportunidade para quem quer criar um negócio próprio. Está aqui implícita uma relação de parceria entre o franchisador e o franchisado.

O franchising é um metodo seguro e eficaz para a criação de um negócio próprio

Entre as diversas vantagens de um sistema de franchising, destacamos, por um lado, a possibilidade de penetração rápida e intensiva no mercado, de expansão internacional com maior facilidade e de ocupação de pontos comerciais estratégicos.

Por outro lado, os custos de uma unidade franchisada são inferiores aos da criação de uma unidade própria, as redes negoceiam melhor as compras, optimizam as verbas para publicidade e investem permanentemente no desenvolvimento de produtos e serviços. Para além do reconhecimento público devido à própria imagem de sucesso divulgada. Em caso de dificuldades, o franchisado correrá menos riscos pelo menor investimento financeiro realizado do que se tivesse investido numa unidade própria.

É claro que, como tudo, também há o revés. Por exemplo, ser um franchisado significa ter um menor controlo sobre a rede de distribuição e uma reduzida possibilidade de usar canais alternativos de distribuição, uma menor flexibilidade na operacionalidade dos negócios. No caso de ser o franchisador, sujeita-se às atitudes negativas que o franchisado poderá infligir à marca e o lucro é menor do que se as franquias fossem unidades próprias.

Glossário do Franchising

Franchising (business format franchise)

Modo de realizar um negócio em parceria, na qual uma empresa com sucesso comprovado concede a terceiros o direito de explorar os seus produtos e/ou serviços, de usar marca comercial e de implementar os seus métodos de gestão, recebendo contrapartidas financeiras.

O franchisador é a empresa-mãe (que concede os direitos de utilização da marca e transfere o seu know-how para terceiros) e o franchisado é a empresa (ou pessoa) que compra o direito para a abertura de uma loja ou unidade individual. A relação entre as duas empresas traduz-se num contrato de franchising.

Master franchisado

Empresa (ou pessoa) que compra os direitos para todo um país ou região. Para além de poder abrir unidades próprias, pode ainda subfranchisar alguns territórios.

Area developer

Empresa (ou pessoa) que compra os direitos para uma região, ou mesmo um país, com o objectivo de explorar a marca exclusivamente através de lojas próprias.

Direito de entrada (franchise/initial fee)

Trata-se do valor que se paga no momento da adesão à rede, normalmente aquando da assinatura do contrato. Esta taxa cobre, em parte, os custos do franchisador em atrair, seleccionar e formar o candidato, bem como outros custos que terá até à abertura da loja. Funciona, igualmente, como uma espécie de jóia paga pelas vantagens de se tornar membro de uma cadeia já estabelecida no mercado e pelo direito ao uso da marca.

Royalties/taxa administrativa

Refere-se ao valor pago mensalmente, normalmente através de uma percentagem da facturação, pelo uso contínuo da marca e pelos serviços de apoio prestados pelo franchisador.

Taxa de publicidade/promoção
É a contribuição que todas as lojas fazem para um fundo comum, a ser aplicado na promoção da marca e dos produtos da cadeia. Este valor não pode ser visto como fonte de lucro pelo franchisador. Este irá geri-lo e justificar sempre a sua correcta utilização.

Contrato (contrato de franchise)

Trata-se da "peça final" e determinante, pelo que deve reflectir com exactidão a relação franchisado-franchisador. Neste caso aconselha-se sempre o apoio de um advogado.

■ Arquitecta afere à rede 24Selfvídeo e abre loja em Setúbal

Uma empreendedora de mão cheia

A 24SelfVídeo inaugurou, no final do mês de Outubro, em Setúbal, mais uma loja automática de aluguer de filmes, estando já muito próxima dos 20 espaços abertos em Portugal. Com mais de 1700 lojas automáticas em vários países, a SelfVídeo é líder mundial no sector da distribuição (aluguer e venda) de filmes em DVD, VHS e jogos de vídeo.

A arquitecta Maria Jorge Silva é uma empreendedora de "mão cheia". Isto porque, para além da recente abertura do seu próprio gabinete de arquitectura, aderiu também à rede SelfVídeo e abriu a loja de Setúbal. Confiante no futuro, considera que "conciliar as duas actividades será fácil", uma vez que "apenas necessito de estar na loja cerca de duas horas, já que se trata de uma unidade que funciona muito autonomamente". E enquanto está na loja pode igualmente desenvolver a sua actividade principal.

Após ter contactado várias empresas nesta área, comparou as condições oferecidas e optou pela SelfVídeo. "Achamos que era a empresa que nos oferecia as melhores condições e o melhor acompanhamento. Situação que realmente se veio a confirmar. Temos tido, de facto, um excelente acompanhamento por parte da SelfVídeo", sublinha Maria Jorge Silva, acrescentando que o processo iniciado com a SelfVídeo "foi fácil. A maior dificuldade acabou surgir pela nossa parte, devido a termos de encontrar o melhor espaço para abrirmos a loja". Quanto a resultados, apesar de ainda ser cedo para fazer qualquer balanço, as expectativas da empresária baseiam-se nos resultados das outras lojas da rede, pelo que está optimista quanto ao futuro.

A multinacional espanhola BigMovie, há 25 anos no sector do vídeo, multimédia e publicidade, é a representante da 24SelfVídeo em Espanha, Alemanha e Portugal, detendo também negócios na área da publicidade na América Latina. A rede SelfVídeo, constituída por um grupo de profissionais de vídeo com mais de 20 anos de experiência no sector, está a introduzir "a máquina de vídeo mais inovadora do mercado que conta já com a tecnologia mais vanguardista".

■ Dicas fundamentais

Vai negociar um contrato de franchising?

Para quem vai negociar um contrato de franchising deixamos aqui algumas dicas essenciais para que seja bem sucedido.

• Informe-se antes o mais possível

Leia tudo o que puder (livros, revistas de especialidade), faça pesquisas na Internet e frequente cursos sobre franchising. Ah! e não esquecer de analisar a concorrência. Converse com outros franchisados da rede à qual está a pensar aderir, coloque-lhes questões, esclareça as dúvidas. Só com o máximo de conhecimento possível é que poderá obter informações importantes e indispensáveis à negociação, designadamente o que é normal e razoável no franchising.

• Razoabilidade na negociação

Não se esqueça que nas conversas com o franchisador deverá apostar nos pontos que são mais críticos para si. No entanto, lembre-se sempre que tudo o que disser está a ser avaliado e será determinante tal e qual como se estivesse num processo de selecção. E é que está mesmo. Por isso, não negoceie ou exija o que, logo à partida, já se sabe que é inegociável. De qualquer forma, as suas sugestões serão sempre bem-vindas, mas sempre na óptica do que é melhor para a rede e não o que é melhor para si.

• Apoio jurídico

Sabia que uma simples vírgula pode alterar o significado de qualquer frase? Entrar em discussões ou extremar posições também não são uma boa ideia. Na hora de assinar o contrato, lembre-se de falar antes com um advogado (ou então, porque não deixar a negociação contratual entre advogados?). Negociar contratos sem apoio jurídico pode trazer mais tarde consequências irreversíveis. Lembre-se disso!

Agenda

Portugal - Franchise Show – 4 a 6 Novembro, Exponor, Matosinhos
2º Congresso Anual de Business Intelligence – 29 e 30 de Novembro, Hotel Villa Rica, Lisboa

Estrangeiro - Mapic France – 16 a 18 Novembro, Cannes, França
National Franchise & Business Opportunities – 19 e 20 de Novembro, San Francisco, EUA
Kuwait Franchise Exhbition – 22 a 24 Novembro, Kuwait City, Kuwait
KEM (Feira Internacional de Franchising Atenas) – 17 a 20 de Fevereiro de 2006, Atenas, Grécia

Curiosidades

Estávamos em Outubro de 1954. Raymond Kroc, um americano com provas dadas na venda de máquinas de milk shake, ficou estupefacto quando uma pequena lanchonete, de San Bernardino, lhe encomendou oito máquinas. O que permitiria a preparação até 48 milk shakes. Os donos do estabelecimento eram, nada mais, nada menos, que os irmãos Maurice e Richard MacDonald.

Curioso, Raymond Kroc visitou os seus clientes e ficou perplexo com o sistema dos McDonald – rapidez, padronização, limpeza e qualidade. Sem que algum deles suspeitasse, há meio século iniciava a maior franquia e a maior rede de refeições rápidas do mundo.

Kroc convenceu os McDonald a franquearem-lhe a marca e abriu o seu primeiro restaurante em Abril de 1955, em Des Plaines, Illinois. No final da década de 50, a rede McDonald's contabilizava já 200 restaurantes, na sua maioria franqueados.

Em 1961, Raymond Kroc comprou a marca McDonald's dos irmãos Maurice e Richard e, com o passar dos tempos, tornou-a numa das mais valiosas do mundo.

Frase do mês

"São as histórias que se contam em relação a uma marca que fazem a marca. Se não nos vier nada à cabeça quando falamos dela, é porque é apenas um nome."

Philip Kotler
Guru do marketing

Livro do mês

Franchising
Colectânea de Legislação

Autores:
José Cavaleiro Machado
e Filipe Leitão de Sousa
Editora:
Área Editores

Sites com interesse

www.infofranchising.pt
Instituto de Informação em Franchising

www.apfranchise.org
Associação portuguesa de Franchise

www.ife-po.com
IFE – International Faculty for Executives em Portugal

ENTREVISTA COM EÇA DE QUEIROZ

"Bons dias meus *sen*

*Por: Joaquim Rocha da Cunha**

Eterno Ministeriável, figura ímpar do regime constitucional, escritor de renome internacional, ex-diplomata, ex-Preside ouvir o Primeiro-Ministro ou o Ministro da Economia – certamente empenhados na conclusão do Plano Tecnológico – fo mantém o raciocínio actual e acutilante que o vão secularizando.

Nesta entrevista histórica, Eça de Queiroz não foge a nada, ninguém, nem a nenhum tema. Como sempre, no passado, até o terem deportado para um consulado!

Chefe de Estado, suas posições, eleições, Governo, Parlamento e até Orçamento de Estado, são analisados com a acutilância a que nos habituou. Termina corrosivo como começa.

Não disse, mas ficamos com a ideia que o próximo projecto é escrever um grande romance. Quiçá, como outros jornalistas de referências, ambicionando o merecido Nobel da literatura…

Porque mantém a intervenção cívica, em especial neste momento?

Não quisemos ser cúmplices na indiferença universal. E aqui, começamos, serenamente, sem injustiça e sem cólera, a apontar dia por dia o que podíamos chamar "o progresso da decadência"…

Em todos estes anos passados, mantém o seu sentido crítico?

Manter a jovialidade fina de humoristas, pois nada mais será capaz de mudar as consciências dos Portugueses. Vamos rir, pois. O riso é uma filosofia. Muitas vezes o riso é uma salvação. E em política pelo menos o riso é uma opinião.

Qual a opinião sobre o Chefe de Estado e dos seus discursos?

Singular temperamento o do seu discurso! Todo o mundo está desiludido, só ele espera! Segundo ele o país floresce, equilibra-se, enriquece, afirma-se! Segundo ele o paraíso está ainda mais perto que a outra banda: é darmos um passo, um leve esforço, a entrarmos para sempre na tranquilidade augusta da perfeição…

Mas com isso quer dizer que o actual Chefe de Estado mudou de opinião, porque há novo Governo?

Há só um ponto negro que assusta o discurso: é a questão das finanças públicas. No início de cada legislatura exclama "desta vez vamos ocupar-nos com toda a seriedade da questão das finanças públicas, etc...

Mas é assim que vê o Orçamento de Estado?

…Mas durante a legislatura vem a confusão, o desperdício, a intriga, a dissolução. É que o poder tinha mau jogo, e deitou as cartas abaixo.

Vem outra legislatura, volta o seu cerimonial discurso presidencial e diz: desta vez não valeu. Mas agora é que nós vamos aplicar-nos com o maior zelo à questão das finanças públicas…

E nessa legislatura a confusão perturba-se mais, alarga-se a desorganização, cava-se a intriga, e é dada uma nova dissolução.

E nada se resolve, não se pensa nisso, trocam-se palavras estéreis, especulam-se lugares rendosos, profundam-se dissidências mesquinhas, e baralha-se outra vez o jogo.

O que pensa das próximas eleições?

Todos têm os seus candidatos predilectos. Os jornais franceses apresentam os nomes deles à adesão pública. Os jornais portugueses diluem-nos numa prosa fluida nos seus artigos de fundo…

Mas está a fugir á questão. Tem candidato? Acha que depois de Soares, Alegre e Cavaco, há mais espaço? Quem apoiaria?

Também temos dois candidatos queridos. São: o Dr. João das Regras e o Condestável D. Nuno Álvares Pereira. São estes dois expressão gloriosa da sua pátria: um é o seu pensamento jurídico o outro é o seu valor histórico. Quem aliás como o Condestável saberia manter a independência da pátria? – À urna, cidadãos!

O seu cinismo é corrosivo, mas acontece estarem ambos no além…

Só lhe posso responder assim. Sendo verdade, (como é) que os senhores deputados estão mortos de espírito, também é verdade que estão vivos no seu corpo – e que podem dizer presentes! Na chamada, o que não acontece com o doutor ou o condestável. Pois bem se é necessário um vulto, um corpo, para que os possam tomar como personalidades, propomos: A estátua de Camões! Ou a estátua de João de Barros!

Essa sua análise dos parlamentares é extensível ao Parlamento?

O Parlamento é uma casa mal alumiada, onde se vai à uma hora, conversar, escrever cartas particulares, intrigar um pouco e combinar partidas de ténis…

Mas é uma opinião sua, ou é a sensação generalizada da população?

A opinião tem pelo parlamento um sentimento unânime, e unanimemente declarado: o tédio. Dizia-se mal do parlamento por toda a parte: os jornais mais sérios falam constantemente da sua improdutividade; publica-se contra ele sátiras; diz-se geralmente que é um covil de intrigas. Pergunta-se aos deputados: – Que houve hoje? – Uma farsa, dizem uns. – Uma feira, respondem outros. Censura-se a sua preguiça. O parlamento é uma vergonha, diz-se nos cafés. Vamos á bola! – diz-se nas galerias! Amanhã há escândalo, diz-se na véspera de quase todas as sessões…

O que pensa do Governo?

O poder executivo, deixou de ser um poder do Estado, é uma necessidade do programa constitucional: está no cartaz, é necessário que apareça na cena. Não governa, não tem ideia, não tem sistema: nada reforma, nada estabelece; está ali, é o que basta. O país verifica que alguns correios andam atrás de algumas carruagens – e fica contente. – "Lá vai um ministro!" diz-se na rua. – Ah! Vai? – Exclama a burguesia. – Bem, existe a ordem. Um Ministério é um grupo casual de indivíduos, que intrigaram para estar ali.

Mas isso é uma crítica corrosiva, á política actual ou aos políticos? Estará a referir-se a casos concretos e cirúrgicos ou é uma tipologia?

Os políticos têm todos a mesma política:

A, quer ordem, economia e moralidade;

B, Queixa-se de que não há economia nem moralidade, o que ele receia muito que venha a prejudicar a ordem;

C, diz que a ordem não se pode manter por mais tempo, porque ele nota que principia a faltar a moralidade e a economia;

D, observa que no estado em que vê a economia e a moralidade lhe parece poder asseverar que será mantida a ordem.

Mas vê nisso culpa de quem? Da imprensa o que pensa?

A imprensa é composta de duas ordens de periódicos: os noticiosos

hores, toca a sentar!”

nte da Câmara de Leiria, crítico sempre actual e de serviço, pronuncia-se sobre o estado da nação. Na impossibilidade de mos ouvir um eterno Presidenciável sobre os temas que preocupam os portugueses e os empresários. Eça de Queiroz

“

...Mas durante a legislatura vem a confusão, o desperdício, a intriga, a dissolução. É que o poder tinha mau jogo, e deitou as cartas abaixo.

Vem outra legislatura, volta o seu cerimonial discurso presidencial e diz: desta vez não valeu. Mas agora é que nós vamos aplicar-nos com o maior zelo á questão das finanças públicas...

E nessa legislatura a confusão perturba-se mais, alarga-se a desorganização, cava-se a intriga, e é dada uma nova dissolução.

E nada se resolve, não se pensa nisso, trocam-se palavras estéreis, especulam-se lugares rendosos, profundam-se dissidências mesquinhas, e baralha-se outra vez o jogo.

”

e os políticos. Porque no estado de depressão moral em que se acha a imprensa, ninguém ousa publicar senão metade da sua opinião. É a liberdade, é a fraternidade e a igualdade do insignificante e do medíocre.

Mas não vê nessa atitude uma demissão colectiva.

O homem de mais recto juízo e de mais completa honra não se atreveria a declarar-se tal qual é. Receaaria comprometer-se.

Mas isso é a “não inscrição”, como agora está na moda, depois do livro de José Gil?

Comprometer-se é a vaga mas permanente ameaça constantemente levantada pelo espírito da época. Comprometer-se quer simplesmente dizer: que os Ministros nos demitam dos nossos empregos, que os centros políticos nos expulsem, que os partidos nos reneguem, que discutam nos jornais a nossa vida pública e particular.

Mas é isso que afasta as melhores competências da política?

Suponhamos que, ainda assim, há alguém que em honra da sua inteligência e do seu carácter, delibera passar um pouco de tempo comprometendo-se. O que sucede? Não tem onde.

Mas então do que o pais precisa?

O que o país necessita é – força para o seu carácter, ciência para o seu espírito, justiça para a sua consciência! Falai-lhe das questões económicas, do salário, do trabalho, da família, da sanção moral e da educação – e, sobretudo da pacífica revolução económica que deve transformar as condições da vida portuguesa. A política deixai-a ficar consigo mesmo.

E qual é a solução que preconiza?

Já que os Governos não têm capacidade de tolher a desorganização tenham ao menos pudor de cortar o cerimonial. E seja substituído o discurso do chefe de estado por um franco e honrado:

- Bons dias meus senhores, toca a sentar!

** com Maria Filomena Mónica e da sua reedição das autênticas “Farpas”, Editora Principia, 2004.*

Pub

Pub

DELEGAÇÕES PME

DELEGAÇÃO NORTE
Avenida da Boavista, 1015, 4º andar, sala 403 4100-128 Porto
tel: 22 607 96 50
fax: 22 607 96 51
ipf@pmeportugal.com.pt

DELEGAÇÃO CENTRO
Edif. IPJ Avenida 25 de Abril, 2400-265 Leiria
tel: 244 825 882/3
fax: 244 825 884
leiria.apoio@pmeportugal.com

DELEGAÇÃO SUL
Edif. IPJ, Rua de Moscavide lote 47 Parque das Nações 1900-000 Lisboa
tel: 218 949 025/6
fax: 218 949 027
ipf.lisboa@pmeportugal.com.pt

DELEGAÇÃO BRASIL
Rua Tenente João Cícero, 580 - Edifício BVA Boa Viagem Recife - Pernambuco CEP- 51020-190 Brasil
tel: (+5581) 3326 4332
fax: (+5581) 3465 7171
pme.brasil@pmeportugal.com.pt

SERVIÇOS CENTRAIS
Rua André Soares, 129 – 1ºandar, sala1 4715-002 Braga
tel: 253 275 005
fax: 253 275 006
info@pmeportugal.com.pt

TEL. 707 50 1234
FAX 707 50 1235
info@pmeportugal.com.pt
www.pme.online.pt

PEQUENAS EMPRESAS... GRANDES NEGÓCIOS.

associação pme portugal

ORÇAMENTO DE ESTADO CONTINUA POUCO AMBICIOSO DO LADO DA DESPESA

Uma vez mais: *nada de novo!*

Um orçamento credível, de consolidação e susceptível de criar um clima económico que favoreça o crescimento da economia é a definição da proposta de Orçamento de Estado para 2006, apresentada pelo ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos. Um orçamento que não traz nada de novo, que insiste no aumento dos impostos e que continuará a conduzir as empresas ao endividamento e à diminuição do investimento é a opinião generalizada dos pequenos e médios empresários.

Segundo os pequenos e médios empresários e Técnicos Oficiais de Contas, contactados pelo "Jornal das PME", é clara a protecção da receita fiscal e o não incentivo à economia. Aliás o corte de 18,9% que o Ministério da Economia e Inovação irá sofrer em 1006 levará a que o IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento) seja um dos organismos mais afectados. Com um orçamento mais baixo, em resultado de uma menor participação do programa PRIME, fica igualmente reduzido o apoio às pequenas e médias empresas. A este respeito tentamos obter uma reacção junto do presidente do IAPMEI, Jaime Andrez. No entanto, até ao fecho desta edição não obtivemos qualquer posição.

"Ataca a receita e é pouco ambicioso do lado da despesa". É esta a definição de Paulo Costa, da Núcleo Data – Consultoria e Programação Informática, Lda., acerca do Orçamento de Estado. Uma vez que, olhando para o documento agora apresentado à Assembleia da República, não se registam grandes novidades, Paulo Costa afirma que "é um pouco mais do mesmo". Relativamente ao que poderá afectar mais directamente as empresas, "não se vê grande coisa, aliás, a tendência é para subirem os impostos".

Por seu turno, Manuel Duarte Domingues, da Manuel Duarte Domingues & Filhos, Lda., defende que "os sacrifícios têm de ser para todos e não só para alguns. Confessando-se cansado, desmotivado e desanimado com a actual situação do país, o empresário sublinha que "é impossível viver-se assim". Concordando com o facto de que "temos de cumprir leis e deveres", acrescenta que "se não houver rigor e fiscalização, o futuro é cada vez mais complicado". O empresário entende que é preciso "procurar incentivar a indústria a produzir com qualidade e a procurar espaço noutros mercados". E, se assim não for, "afundamo-nos ainda mais".

Pessimismo em todos os sectores

Na opinião de Armando Tavares, da Audico – Auditoria, Contabilidade e Gestão Empresarial, Lda., a alteração ao Pagamento Especial por Conta, que lé "qualquer coisa de brutal e muito negativo para as empresas", o imposto sobre os produtos petrolíferos e o corte na despesa pública são três das medidas presentes no Orçamento que irão afectar as empresas.

"Junto do tecido empresarial sinto um pessimismo geral. Penso que esta é a maior crise de sempre", sublinha Armando Tavares, uma vez que, contrariamente a crises anteriores, se verificam "em todos os sectores de actividade grandes dificuldades na produção, nas vendas e, sobretudo, nas cobranças".

A falta de confiança que se tem registado na iniciativa privada irá agravar-se, dado que "a diminuição da despesa pública, que conduz, obviamente, à quebra no investimento público, afectará igualmente, directa e indirectamente, o investimento privado". Por exemplo, o sector da construção, e todas as actividades que a ele estão ligadas, será um dos mais atingidos, já que "vive muito do investimento público". Mas, "como ninguém tem uma varinha mágica e a contenção das despesas é inevitável, a situação acabará por tornar-se numa bola de neve. Aguardemos pelos resultados da discussão do Orçamento na especialidade".

Outra questão realçada por este Técnico Oficial de Contas é ao nível do controlo do défice. Em sua opinião, isso não será possível sem que sejam tomadas medidas intercalares com orçamentos rectificativos. O que, provavelmente poderá ocorrer por volta de Junho ou Julho do próximo ano.

"Infelizmente, acima dos interesses do país, estão os interesses partidários". E "enquanto os dois principais partidos, PS e PSD, não se sentarem à mesa e se entenderem relativamente às linhas mestras de sectores como a economia, saúde, educação e fiscalidade, nem decidirem que políticas deverão ser seguidas nos próximos 15, 20 anos, a situação continuará a ser a que estamos a viver". Pelo que "é fundamental verificar-se o tão falado pacto de regime". Enquanto isso não acontecer, "paulatinamente, os espanhóis irão absorver os principais grupos económicos do nosso país".

A partir de 2006, os Técnicos Oficiais de Contas (TOC) serão solidariamente responsáveis pelas dívidas dos seus clientes em todas as situações e não apenas nos casos de dolo. Perante este cenário, Armando Tavares considera que "ou os TOC vão ter de fechar as portas, ou as empresas que têm dívidas ao Estado não vão arranjar técnicos de contas".

■ PROPOSTA DO GOVERNO É A POSSÍVEL, MAS NÃO A MAIS DESEJÁVEL PARA A ECONOMIA

PME-Portugal analisa com preocupação Orçamento de Estado

A Associação das PME-Portugal vê "com preocupação o Orçamento de Estado para 2006. Este deveria ser um documento de referência para a economia nacional, para o funcionamento do Estado e para o funcionamento das empresas".

A Associação das PME, receia que tal como em anos anteriores, sempre com rectificações, o Orçamento de Estado, "na prática, não reflecte a verdade contabilística das coisas". Na linha dos orçamentos desde Manuela Ferreira Leite, a tónica baseia-se em "cortar no investimento e manter a despesa".

É igualmente com desagrado que a Direcção Nacional da PME-Portugal analisa o corte das verbas para o Ministério da Economia e Inovação, o facto de persistir um IVA "altíssimo que leva e continuará a levar muitas empresas e consumidores para Espanha" e um novo escalão de IRS "absolutamente absurdo que penaliza quem trabalha e declara mais". Outros pontos contestados pela Associação das PME são o aumento do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e o Pagamento Especial por Conta. "Um outro absurdo num país onde se diz estimular a criação de novas empresas", sublinha Joaquim Rocha da Cunha.

■ *Sérgio Teles e Joaquim Rocha da Cunha (respectivamente, vice-presidente e presidente da PME-Portugal), durante a conferência de Imprensa, no Porto*

Segundo o presidente da PME-Portugal, "o Estado, como é incompetente a gerir os recursos energéticos do país, e como recusa discutir sequer a questão do nuclear, lança as energias fotovoltaicas e eólicas como se fossem propriamente grandes descobertas da humanidade. Esquece-se é de dizer que para o próximo ano uma boa parte da nossa factura energética que nós vamos pagar é fruto do custo da interligação dessas novas energias à rede nacional".

Após a análise à proposta de Orçamento de Estado, os dirigentes da PME-Portugal defendem "uma ruptura com o 'status quo' da despesa pública. Há direcções-gerais excedentárias, conflituantes, sobrepostas, funcionalismo público a mais e eficiência a menos". Neste contexto lembram que o Estado português tem ainda por executar o Programa Operacional da Administração Pública, embora já aprovado em Bruxelas. "Uma brutalidade de dinheiro que está por investir na requalificação da Administração Pública", pelo que a PME-Portugal desafia os governantes a usarem esse dinheiro na "extinção e reorganização de organismos públicos, requalificação os seus trabalhadores e privatização ou concessão a privados da gestão desses mesmos serviços ou entidades". Certo é que o Estado continua a ter edifícios devolutos espalhados pelo país, "dos quais não tem receitas, mas continua a ter despesas".

associação pme portugal

PEQUENAS EMPRESAS
GRANDES NEGÓCIOS

Solicite um contacto dos nossos técnicos: (assinale as áreas de interesse)

- Incentivos Comunitários/Investimentos
- Marketing e Multimédia
- Formação Profissional
- Sistema de Gestão da Qualidade
- Registo de Patentes
- Consultadoria de Gestão e Fiscal
- Sistema de Gestão Ambiental
- Consultadoria de Imagem
- Sistema de Segurança
- Higiene e Saúde no Trabalho
- Outros (especifique)

Nome
E-mail
Telefone:
Empresa
Cargo
Morada
Mensagem
Já conhecia a PME-Portugal
Se sim de onde?

ASSOCIAÇÃO DAS PME
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DE PORTUGAL

SERVIÇOS CENTRAIS
Rua André Soares, 129 – 1ºandar, sala1 4715-002 Braga
tel: 253 275 005
fax: 253 275 006
info@pmeportugal.com.pt

TEL. 707 50 1234
FAX 707 50 1235
info@pmeportugal.com.pt
www.pme.online.pt

■ O QUE NASCE TORTO, TARDE OU NUNCA SE ENDIREITA

Masoquismo ou *incompetência*

Paulo Peixoto
Empresário e Vice-presidente da Associação das PME-Portugal

Na semana da apresentação do Orçamento Geral do Estado, nada mais normal, que a sua observação e consequente análise.

E não será preciso observar muito, para descobrirmos que este Orçamento enferma das mesmas doenças e dos mesmos males que os anteriores.

E se nem vale a pena escamotear muito os seus dados, pois teríamos pano para mangas, o melhor é fazer uma breve incursão pelas premissas que nos levam a estes dados.

É claro, que mais uma vez a tónica dominante foi o corte na despesa pública e no investimento.

E o curioso, é que este modelo ultimamente utilizado, com relevância para o reinado da Drª Manuela Ferreira Leite, já deu provas mais que (in)suficientes para a sua fragilidade e falta de aplicabilidade.

E isto porque, sendo a economia, uma questão cíclica, não havendo investimento, não há produção; não havendo produção não há emprego nem riqueza; não havendo emprego nem riqueza, não haverá consumo, mas seguramente haverá crise social. A instabilidade e descontentamento social aumentam, o desemprego dispara em flecha, a depressão toma conta do estado de espírito da maior parte dos Portugueses.

No meio destas conclusões, o que choca profundamente, é o facto disto ser uma situação repetitiva, assistindo-se a uma gritante falta de coragem profissional, mas, e sobretudo, falta de coragem política, para darem o grito do Ipiranga, e criarem a ruptura com o passado.

Todos temos consciência que a época é de contenção, mas o que é certo é que continuamos agarrados ao marasmo das consequências mínimas, já conhecidas de experiências passadas, em detrimento de propostas arrojadas, claro que controladas, mas que obrigatoriamente possibilitariam outros resultados, e consequentemente outro desenvolvimento económico.

Afinal de contas, pior é difícil.

Este arrojo, que tanto a Administração Pública reclama no quotidiano dos empresários, é o típico "do olha para o que eu digo, e não olhes para o que eu faço".

Quantos empresários, já tiveram que defender os seus resultados contabilísticos e os seus relatórios de gestão, em função do desvio dos resultados perspectivados relativamente aos alcançados?

Quantos projectos ficaram pelo caminho, porque os resultados intermédios obtidos, foram diferentes dos planeados, e consequentemente a Banca e mesmo organismos oficiais, abandonaram esses mesmos projectos?

Pois, muitos.

Mas no Estado, tudo é mais fácil, e podemos sempre manter a esperança, de que os Orçamentos rectificativos virão eliminar os problemas do anterior.

Mas já diz povo: "o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita".

Portanto, resta-nos à boa maneira Portuguesa, manter a fé, e aguardar que melhores ventos nos soprem, e entretanto questionar, se tais atitudes se ficam a dever a masoquismo, ou a pura incompetência.

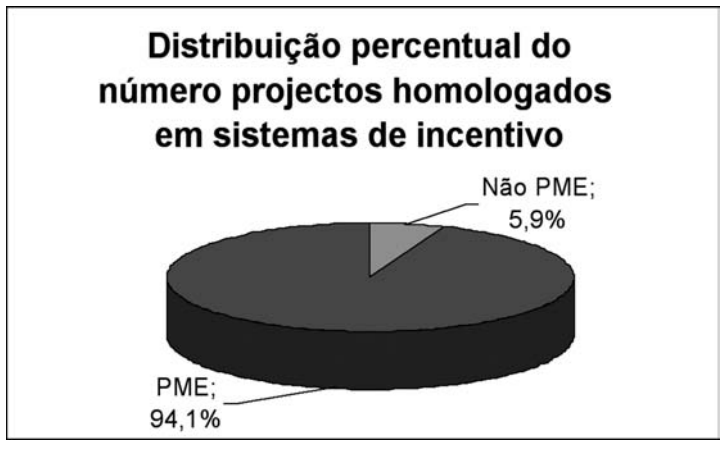
■ QUEBRA DAS VERBAS NO OE PARA 2006 NÃO IMPLICA REDUÇÃO NOS APOIOS, GARANTE NELSON DE SOUZA

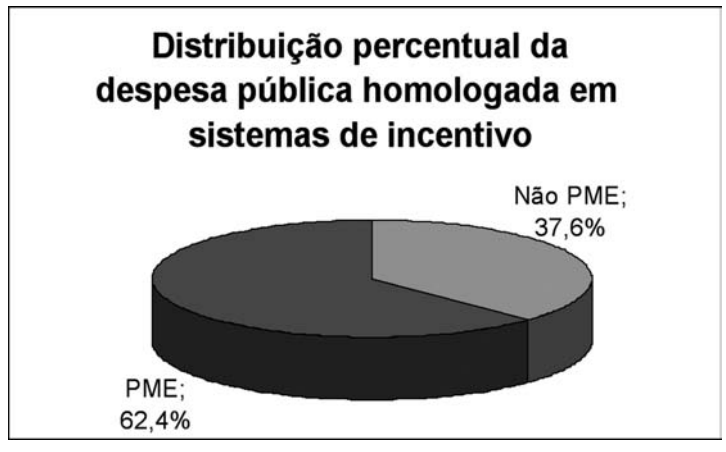
PME continuarão a ser alvo preferencial do *PRIME*

O Orçamento de Estado para 2006 prevê um corte na ordem dos 18,9% nas verbas destinadas ao Ministério da Economia e Inovação. O IAPMEI é um dos organismos, sob tutela deste ministério, que mais irá sofrer com essa redução – 27,2% a menos, em resultado de uma menor participação do PRIME – Programa de Incentivos à Modernização Empresarial.

O "Destaque PME" interpelou o Gestor do PRIME para saber se esta redução de verbas irá implicar um menor apoio às pequenas e médias empresas. Em resposta foi-nos garantido que "a dotação inscrita do PRIME no Orçamento de Estado para 2006 não irá implicar redução dos níveis de apoio previstos". Isto porque, revela a mesma fonte, "devido ao enquadramento macroeconómico recessivo, tem-se vindo a verificar alguma retracção/adiamento ao nível de execução por parte dos promotores nos últimos anos". Um cenário que permitiu transitar para este ano as verbas inscritas no Orçamento de Estado de anos anteriores, "justificando a menos inscrição adicional em 2006".

Segundo o Gabinete de Gestão do PRIME, "as PME, enquanto promotor do desenvolvimento económico, continuarão a ser alvo de atenção particular por parte do PRIME, apostando-se nesta fase final (2005/2006) essencialmente em domínios estratégicos imateriais como a I&D e Inovação, Formação Profissional, Diversificação e Eficiência Energética e Parcerias e actividades de suporte". Esta aposta irá envolver cerca de 5 mil milhões de euros (ver Quadro) e uma despesa pública de 1,5 mil milhões de euros, dos quais 0,9 mil milhões de euros serão adicionados ao orçamento inicial do programa.





■ *Fonte: Gabinete de Gestão do PRIME*

Mil Euros

Áreas de Competitividade	Investimento Total	% do Total
I&D, Inovação e Internacionalização	2.574	55%
Formação	435	9%
Diversificação e Eficiência Energética	1.458	31%
Parcerias e Actividades de Suporte	223	5%
Total	4.691	100%

Na recta final do PRIME, e no quadro de revisão em curso, é objectivo dos seus responsáveis realinhar o programa com os objectivos do Plano Tecnológico, relançar o investimento empresarial e reforçar a competitividade das empresas. Para tal, haverá um "reforço dos meios financeiros, enfoque dos recursos para o crescimento baseado na inovação (Plano Tecnológico), aceleração da aprovação dos incentivos e a execução dos projectos, simplificação drástica dos processos de decisão e adaptação dos incentivos às necessidades específicas de sectores, regiões ou mercados".

Desde o seu início, e com base em dados referentes a 15 de Outubro deste ano, o PRIME apoiou, directamente, 10 mil PME através dos sistemas de incentivo. O que envolveu um investimento total de 5 milhões de euros e uma despesa pública de 2,3 mil milhões de euros.

No universo das empresas, 94,1% dos projectos homologados e 62,4% da despesa pública homologada, nos sistemas de incentivo, referem-se a PME. De salientar ainda que ao apoios directos têm sido concedidos essencialmente através dos sistemas de incentivo SIME, em termos de valor, e SIPIE e URBCOM, em termos de número de projectos. Destacam-se também os apoios a PME do sector energético através do MAPE.

■ POR: JOÃO JESUS - CONSELHEIRO NACIONAL DA PME-PORTUGAL, NA ÁREA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO (joao.jesus@syrian.pt)

As PME e as Novas *Tecnologias*

Como escolher um nome de domínio para o seu negócio?

E eis que tomou a decisão de criar o seu site na Internet. Muito bem. Os meus parabéns. Acabou de dar um passo importante no processo de crescimento e divulgação da sua empresa. E qual irá ser o seu endereço? O quê? Ainda não decidiu? Está indeciso entre o .com e o .pt? Não sabe se há-de colocar o nome da empresa ou um nome de fantasia? Pois bem, irei ajudá-lo a tomar a sua decisão.

Em 1º lugar é importante respondermos às questões:

* Qual o tipo de site? (Irá decidir o nome principal do domínio)

* Os clientes são nacionais ou estrangeiros? (Irá decidir a opção entre o .com e o .pt)

**** Qual o tipo de site?***

Um site comercial pode ser de variados tipos, a saber: Site institucional da empresa (apresentação da empresa, produtos e serviços comercializados, parcerias e clientes, contactos, etc.), portal (um site com diferentes canais de informação/serviços, tipo Sapo, Clix, IOL, etc.), site temático (site dedicado exclusivamente à apresentação de um determinado tipo de produtos ou serviços, sem informação institucional e sem vendas online) ou loja online (site exclusivamente de vendas).

Tratando-se de um site institucional, o nome mais correcto será, sem dúvida, o nome da empresa. Tratando-se de qualquer um dos outros tipos de site, deverá optar por um nome de fantasia, baseado nos produtos e/ou serviços comercializados, de modo a que, lendo apenas o domínio, o visitante saiba imediatamente quais os produtos ou serviços que ali irá encontrar (por exemplo: www.rabanetes.com, www.vinhoseazeites.com, www.lojadoschocolates.pt, etc.).

**** Os clientes são nacionais ou estrangeiros?***

Tratando-se de uma empresa Portuguesa, com clientes maioritariamente nacionais, o seu endereço na Internet deverá ser, sem dúvida: www.empresa.pt

Tratando-se de uma empresa Portuguesa, com clientes maioritariamente estrangeiros, a opção por um

endereço do tipo www.empresa.com poderá ser uma boa decisão estratégica - principalmente se o site estiver escrito em várias línguas - pois dará uma dimensão mais global à empresa. Para uma empresa Portuguesa, muito raramente se justificará a adopção de um endereço web que termine em algo diferente de .pt ou .com.

O registo de um domínio pode ser efectuado por intermédio de um "agente de registo". Normalmente, qualquer empresa que forneça o serviço de alojamento de sites, está também em condições de efectuar o registo dos respectivos domínios. Os domínios são propriedade de quem solicita o seu registo e devem ser renovados anualmente através do pagamento de uma taxa. A não renovação de um domínio, implica a perda da titularidade do mesmo e significa que um terceiro o poderá registar a partir daí.

Em Portugal, a entidade que efectua a gestão dos domínios .pt é a FCCN - Fundação para a Computação Científica Nacional (http://www.fccn.pt/).

Um domínio .pt pode ser registado por pessoas colectivas, entidades públicas com autonomia administrativa, empresários em nome individual, profissionais liberais e por titulares de marcas registadas. Uma empresa só pode registar um nome de domínio .pt que coincida com a totalidade ou parte da sua razão social, ou ainda com o nome de uma marca registada, da qual detenha a propriedade.

Para saber se um determinado domínio .pt já existe e a quem pertence, consulte: https://online.dns.pt/site/publico e seleccione a opção WHOIS.

A nível internacional, a entidade que efectua a gestão dos domínios .com é a ICCAN - Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (http://www.icann.org).

Um domínio .com pode ser registado por qualquer pessoa ou empresa, em qualquer parte do mundo. A regra para o registo de um domínio .com é simples: O primeiro a registar é que fica com ele!

Para saber se um determinado domínio .com já existe e a quem pertence, consulte: http://www.networksolutions.com/whois/

Em conclusão: A escolha de um domínio para o seu negócio é algo realmente importante e sobre o qual vale a pena reflectir antes de decidir. Um bom domínio (lógico, simples e fácil de decorar), poderá ser meio caminho andado para o sucesso do seu negócio na Internet.

■ ADVP PROMOVEU DEBATE ENTRE PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS

Internacionalização de PME para Espanha

Analisar o processo de internacionalização de PME para Espanha foi o principal objectivo do seminário promovido pela ADVP – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Portugal, que decorreu, em Outubro, no IPAM em Lisboa. Este evento foi o primeiro a abordar as novas linhas de incentivos do Governo português para a internacionalização das PME portuguesas em Espanha.

Potenciar ou manter a competitividade sustentada das empresas pela via da internacionalização constitui um desafio e uma inevitabilidade e surge como resultado natural de estratégias empresariais integradas. As empresas foram, gradualmente, tomando consciência das vantagens da internacionalização ao nível do acesso a novos mercados/recursos, passando a não se assumir como meras unidades de produção e a valorizar, simultaneamente, as funções estratégia, marketing, investigação e desenvolvimento, inovação, recursos humanos, finanças e logística, desenvolvendo capacidades especializadas em servir segmentos bem definidos. Foi com este efeito que a ADVP realizou esta iniciativa.

O Seminário contou com a presença de cerca de 100 empresários de PME dos mais diversos sectores, nomeadamente, do turismo, dos serviços, da indústria, bem como fornecedoras de recursos e incentivos para o investimento neste país. Este evento teve um público muito específico e garantiu a possibilidade de ter acesso a informação pertinente sobre a possível internacionalização das empresas para Espanha.

Marcaram presença como principais oradores: Joaquim Rocha da Cunha (presidente da Associação das PME-Portugal), Pedro Cilínio (IAPMEI/ICEP), Fátima Rebelo (Manchete), Virgílio Manso (MIR), e Artur Reina (Simmons & Simmons Rebelo de Sousa).

A ADVP é uma associação especializada em vendas e marketing, que actua fundamentalmente nas áreas da formação e qualificação profissional; networking empresarial através da organização de seminários, eventos, debates e workshops; e prémios de reconhecimento (vendas, responsabilidade social e ambiente).

■ *Seminário abordou as novas linhas de incentivos para a internacionalização das PME*

■ POR: JOÃO JESUS - CONSELHEIRO NACIONAL DA PME-PORTUGAL, NA ÁREA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO (joao.jesus@syrian.pt)

As PME e as Novas *Tecnologias*

Como escolher um nome de domínio para o seu negócio?

E eis que tomou a decisão de criar o seu site na Internet. Muito bem. Os meus parabéns. Acabou de dar um passo importante no processo de crescimento e divulgação da sua empresa. E qual irá ser o seu endereço? O quê? Ainda não decidiu? Está indeciso entre o .com e o .pt? Não sabe se há-de colocar o nome da empresa ou um nome de fantasia? Pois bem, irei ajudá-lo a tomar a sua decisão.

Em 1º lugar é importante respondermos às questões:

* Qual o tipo de site? (Irá decidir o nome principal do domínio)

* Os clientes são nacionais ou estrangeiros? (Irá decidir a opção entre o .com e o .pt)

**** Qual o tipo de site?***

Um site comercial pode ser de variados tipos, a saber: Site institucional da empresa (apresentação da empresa, produtos e serviços comercializados, parcerias e clientes, contactos, etc.), portal (um site com diferentes canais de informação/serviços, tipo Sapo, Clix, IOL, etc.), site temático (site dedicado exclusivamente à apresentação de um determinado tipo de produtos ou serviços, sem informação institucional e sem vendas online) ou loja online (site exclusivamente de vendas).

Tratando-se de um site institucional, o nome mais correcto será, sem dúvida, o nome da empresa. Tratando-se de qualquer um dos outros tipos de site, deverá optar por um nome de fantasia, baseado nos produtos e/ou serviços comercializados, de modo a que, lendo apenas o domínio, o visitante saiba imediatamente quais os produtos ou serviços que ali irá encontrar (por exemplo: www.rabanetes.com, www.vinhoseazeites.com, www.lojadoschocolates.pt, etc.).

**** Os clientes são nacionais ou estrangeiros?***

Tratando-se de uma empresa Portuguesa, com clientes maioritariamente nacionais, o seu endereço na Internet deverá ser, sem dúvida: www.empresa.pt

Tratando-se de uma empresa Portuguesa, com clientes maioritariamente estrangeiros, a opção por um

endereço do tipo www.empresa.com poderá ser uma boa decisão estratégica - principalmente se o site estiver escrito em várias línguas - pois dará uma dimensão mais global à empresa. Para uma empresa Portuguesa, muito raramente se justificará a adopção de um endereço web que termine em algo diferente de .pt ou .com.

O registo de um domínio pode ser efectuado por intermédio de um "agente de registo". Normalmente, qualquer empresa que forneça o serviço de alojamento de sites, está também em condições de efectuar o registo dos respectivos domínios. Os domínios são propriedade de quem solicita o seu registo e devem ser renovados anualmente através do pagamento de uma taxa. A não renovação de um domínio, implica a perda da titularidade do mesmo e significa que um terceiro o poderá registar a partir daí.

Em Portugal, a entidade que efectua a gestão dos domínios .pt é a FCCN - Fundação para a Computação Científica Nacional (http://www.fccn.pt/).

Um domínio .pt pode ser registado por pessoas colectivas, entidades públicas com autonomia administrativa, empresários em nome individual, profissionais liberais e por titulares de marcas registadas. Uma empresa só pode registar um nome de domínio .pt que coincida com a totalidade ou parte da sua razão social, ou ainda com o nome de uma marca registada, da qual detenha a propriedade.

Para saber se um determinado domínio .pt já existe e a quem pertence, consulte: https://online.dns.pt/site/publico e seleccione a opção WHOIS.

A nível internacional, a entidade que efectua a gestão dos domínios .com é a ICCAN - Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (http://www.icann.org).

Um domínio .com pode ser registado por qualquer pessoa ou empresa, em qualquer parte do mundo. A regra para o registo de um domínio .com é simples: O primeiro a registar é que fica com ele!

Para saber se um determinado domínio .com já existe e a quem pertence, consulte: http://www.networksolutions.com/whois/

Em conclusão: A escolha de um domínio para o seu negócio é algo realmente importante e sobre o qual vale a pena reflectir antes de decidir. Um bom domínio (lógico, simples e fácil de decorar), poderá ser meio caminho andado para o sucesso do seu negócio na Internet.

■ ADVP PROMOVEU DEBATE ENTRE PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS

Internacionalização de PME para Espanha

Analisar o processo de internacionalização de PME para Espanha foi o principal objectivo do seminário promovido pela ADVP – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Portugal, que decorreu, em Outubro, no IPAM em Lisboa. Este evento foi o primeiro a abordar as novas linhas de incentivos do Governo português para a internacionalização das PME portuguesas em Espanha.

Potenciar ou manter a competitividade sustentada das empresas pela via da internacionalização constitui um desafio e uma inevitabilidade e surge como resultado natural de estratégias empresariais integradas. As empresas foram, gradualmente, tomando consciência das vantagens da internacionalização ao nível do acesso a novos mercados/recursos, passando a não se assumir como meras unidades de produção e a valorizar, simultaneamente, as funções estratégia, marketing, investigação e desenvolvimento, inovação, recursos humanos, finanças e logística, desenvolvendo capacidades especializadas em servir segmentos bem definidos. Foi com este efeito que a ADVP realizou esta iniciativa.

O Seminário contou com a presença de cerca de 100 empresários de PME dos mais diversos sectores, nomeadamente, do turismo, dos serviços, da indústria, bem como fornecedoras de recursos e incentivos para o investimento neste país. Este evento teve um público muito específico e garantiu a possibilidade de ter acesso a informação pertinente sobre a possível internacionalização das empresas para Espanha.

Marcaram presença como principais oradores: Joaquim Rocha da Cunha (presidente da Associação das PME-Portugal), Pedro Cilínio (IAPMEI/ICEP), Fátima Rebelo (Manchete), Virgílio Manso (MIR), e Artur Reina (Simmons & Simmons Rebelo de Sousa).

A ADVP é uma associação especializada em vendas e marketing, que actua fundamentalmente nas áreas da formação e qualificação profissional; networking empresarial através da organização de seminários, eventos, debates e workshops; e prémios de reconhecimento (vendas, responsabilidade social e ambiente).

■ *Seminário abordou as novas linhas de incentivos para a internacionalização das PME*

■ GRUPO DE PME CRIA ESPAÇO DEDICADO À INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Grupo Navarra inaugura Showroom

O Grupo Navarra inaugurou recentemente, nas suas instalações, em Braga, um novo espaço dedicado à investigação, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, apoiado por técnicos especializados. Segundo os responsáveis da empresa, trata-se de um Showroom orientado "para o aperfeiçoamento técnico e criação de novos produtos na área do alumínio" e constituído também por uma exposição permanente de produtos, uma oficina de ensaios e um centro de formação e investigação.

Tendo investido cerca de 460 mil euros na sua construção, o Grupo Navarra pretende tornar este espaço numa "referência nacional em matéria de investigação". Contrariando a crise generalizada que se tem vindo a verificar em algumas áreas industriais, o Grupo Navarra procedeu recentemente a uma mudança de imagem e a uma reestruturação interna e melhoria nos seus diferentes serviços de apoio junto do cliente final, tendo registado um crescimento de 19%.

A facturação deste Grupo (constituído por seis pequenas e médias empresas) referente a 2004 ultrapassa os 50 milhões de euros, prevendo-se para o corrente ano um aumento de 5%.

Em curso estão investimentos com a modernização dos equipamentos e a construção do Showroom, totalizando um valor de 2 milhões de euros. Para 2005, o Grupo Navarra prevê investimentos na ordem dos 5 milhões de euros, a aplicar numa nova prensa e na ampliação das instalações fabris.

Constituído por seis empresas e líder nacional no sector dos alumínios, a internacionalização da marca é uma das grandes prioridades para a expansão e desenvolvimento do Grupo Navarra. Criado em 1977, este Grupo dedica a sua actividade de negócio à extrusão, tratamento e comercialização de perfis de alumínio e acessórios com produtos direccionados essencialmente para a construção e indústria, sector automóvel, robótica, indústria de frio, mobiliário, electrónica, entre outros.

É preciso acreditar

Presente na inauguração deste Showroom, o secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação, António Castro Guerra, salientou que "há mais vida do que aquela que nos é revelada na imprensa e na televisão" e que "antes de mais, é preciso acreditar. Portugal está na fase em que cada um tem de puxar pela força anímica que tem dentro de si. Esta tem sido a minha arma". Isto porque, Castro Guerra entende que os portugueses têm de combater o "vício de afirmar que o que nos acontece de mau é por culpa do ambiente em que nos inserimos".

O secretário de Estado sublinhou ainda o mérito do Grupo Navarra "não ter necessitado de fundos públicos e incentivos do Estado para ser, hoje, uma empresa de sucesso".

■ EM GUIMARÃES, CAFÉ CARIOCA DISPÕE DE SERVIÇO PÚBLICO DE WIRELESS

Navegar na Net com *aroma a café*

Num momento em que o conceito de mobilidade ganha cada vez mais espaço, desde o passado mês de Outubro que o Café Carioca, em Guimarães, dispõe de um serviço público de wireless. A ideia surgiu quando Orlando Teixeira se apercebeu das várias reclamações dos clientes, principalmente universitários, do serviço de Internet existente no Campus de Azurém, da Universidade do Minho. O Café Carioca, que fica a cerca de 200 metros da Universidade, parece ser um dos pioneiros na cidade na prestação deste serviço, a par da "praça de alimentação" de um shopping de Guimarães.

As redes locais sem fio já são uma realidade em vários ambientes, principalmente nos que requerem mobilidade dos usuários. Orlando Teixeira tirou proveito disso mesmo e hoje para os seus clientes navegarem na Net basta levarem o computador portátil.

"É um serviço que apenas tem o custo mensal de 5 euros para que possam usufruir de Internet livremente", afirma Orlando Teixeira. "Basta trazerem o computador portátil com o respectivo mac adress para que possa ser dada linha". A quem queira usufruir do serviço é atribuído igualmente um cartão de utilizador.

No Café Carioca juntou-se o útil ao agradável. Enquanto os clientes estão satisfeitos por poderem navegar livremente na Net, é uma forma outra forma de viabilizar o negócio do café. E "a reacção das pessoas tem sido fantástica", sublinha Orlando Teixeira, uma vez que "o nível de adesão tem sido enorme" e a implementação do serviço wireless trouxe, inclusive, mais clientes ao estabelecimento. "Muitos estudantes que ficavam em casa a estudar em grupo, vêm agora para cá com o seu computador", acrescenta.

Suplemento **PME-PORTUGAL**

■ PME-PORTUGAL PROMOVEU SESSÃO SOBRE EMPREENDEDORISMO, EM LISBOA

Empresário: "a mais fascinante *profissão do mundo*"

Actualmente, as mulheres constituem a grande maioria dos candidatos à criação de novos projectos empresariais. Liderança ocupacional, motivação de equipas, objectividade e direcção para resultados são algumas das vantagens que as mulheres, em geral, têm sobre os homens. O empreendedorismo empresarial necessita de apoio, a começar pelos desempregados à procura do auto-emprego. E como as mulheres continuam a ser as mais atingidas pela falta de trabalho, é neste sentido que a Associação das PME-Portugal tem procurado encontrar soluções para apoiar a criação do próprio negócio.

"A aventura de criar o próprio negócio" foi o tema principal do seminário sobre empreendedorismo que a PME-Portugal promoveu, na última semana de Setembro, na sua delegação em Lisboa. Joaquim Rocha da Cunha, presidente da instituição, sublinhou, perante uma plateia de meia centena de mulheres, que "embora, tradicionalmente, as mulheres sejam mais discretas e prefiram ficar na retaguarda, há cada vez mais mulheres dispostas a assumir o risco e a vontade do protagonismo empresarial".

Na mesma semana em que a direcção da PME-Portugal reuniu com vários organismos no sentido de conseguir mais mecanismos de apoio às iniciativas empresariais, o presidente da Associação das PME acredita que é necessário "criar novas dinâmicas na economia". Até porque "a dinâmica de criação de emprego na União Europeia faz-se nas micro e pequenas empresas" e há que "apostar nas empresas novas e nas PME porque são estas que, de facto, geram emprego e criam valor acrescentado".

Durante a sessão em Lisboa, para além da consultora Sandra Rocha que abordou os incentivos à criação de empresas existentes na região de Lisboa e Vale do Tejo, as muitas mulheres presentes tiveram a oportunidade de ouvir algumas dicas e conselhos para quem está a um passo de iniciar a criação do seu próprio negócio.

■ *Durante o seminário foi abordada a questão de como criar o próprio negócio*

Segundo o empresário, João Jesus, da Syrian – Sistemas de Informação, "ser empresário é, provavelmente, a mais fascinante profissão do mundo porque será a única profissão onde podemos explorar ao máximo todas as nossas capacidades". Como conselhos às futuras empreendedoras, o empresário defendeu que antes de se iniciar um negócio "deve-se pensar muito bem que tipo de negócio, onde e com quem". Também não esquecer uma regra de ouro: "não avancem para um negócio, onde não se sintam completamente à vontade". Nem esquecer que o investimento é outro ponto-chave para o arranque de qualquer negócio. Persistência, avançar devagar, investir aos poucos, apostar na formação contínua e não ter medo de falhar e voltar a tentar foram outras das dicas apresentadas.

Por seu turno, Jack Soifer, um especialista internacional em matéria de empreendedorismo, entre muitos conselhos dados nesta sessão, sublinhou que "não devemos tentar agradar a gregos e a troianos", nem "fazer marketing dos nossos produtos ou serviços para um milhão de pessoas". Primeiro, há que "definir qual é o tipo de pessoas que nos interessam e, depois, procurar essas pessoas, seja através de associações, clubes ou porta a porta. Normalmente, pela Internet, carta ou outra forma de contacto directo é que se vai conseguir alcançar o grupo onde estão os nossos melhores clientes". E, acima de tudo, "fidelizar os clientes, ou seja, estar o tempo todo muito atentos às suas necessidades", acrescentou.

tomada de posição

Penhorar bens às PME pode levar a despedimentos

Logo após o anúncio de penhora de contas bancárias a quase três mil empresas com dívidas à Segurança Social, a PME-Portugal mostrou-se surpreendida com o facto de se ter detectado dívidas ao Estado maioritariamente em pequenas e médias empresas.

O presidente da PME-Portugal, Joaquim Rocha da Cunha, sublinhou que "não são apenas estas empresas que fogem às contribuições sociais" e alertou para o facto de que "penhorar bens das pequenas e médias empresas pode levar ao despedimento de muitos trabalhadores".

PME-Portugal contra alargamento da taxa de audiovisual às empresas

Foi com profunda indignação e descontentamento que a Associação das PME-Portugal analisou o Decreto-Lei, aprovado pelo Governo, que alarga a base de contribuição para o serviço público de rádio e de televisão a todos os consumidores de energia, para garantir a sustentabilidade destes serviços.

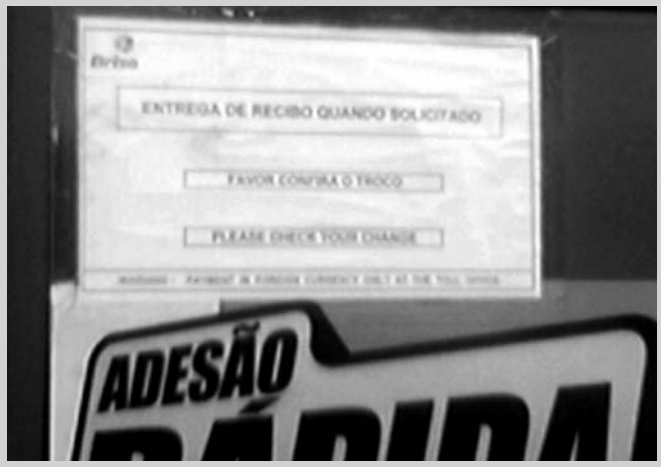
No último ano, a sobrecarga de taxas e de impostos não tem parado de crescer. E não será esta, certamente, a melhor forma de alavancar a economia nacional. A PME-Portugal não põe em causa o valor da taxa em si, mas o "modus operandi" deste Governo. É com taxas e impostos sucessivos que se vai descapitalizando as empresas.

Inconfidências

• Entre o actual Ministro da Economia e um seu antecessor, existem algumas semelhanças: São ambos economistas; licenciados pelo ISEG; governam em executivos do PS; curiosamente, até têm o mesmo chefe de Gabinete. No "Jornal das PME" esperamos ansiosos que, face à especulação que corre dos organismos do Ministério aos media, as coincidências não alastrem ao curto prazo de validade e efémero legado do seu antecessor! A quem adivinhar, prometemos um prémio – uma visita guiada ao Palácio da Horta Seca…

• Mas ao que parece, e mais do que parece, até anuncia, o Governador Civil de Braga, descobriu na habitual eficácia das soluções estatizantes, a solução para o desemprego: instale-se um Centro de Formação Profissional (estatal) em Guimarães! Saberá Fernando Moniz qual o custo fixo, a taxa de execução e eficácia dos centros de formação profissional públicos instalados no país? Podemos começar por lhe fornecer alguns dados sobre a taxa de execução e os custos dos mesmos. Mas se não quiser esperar, pode demandar essas informações da nova directora do Centro de Formação Profissional de Braga (o anterior foi remodelado…), que ela certamente o esclarecerá!

• O "Jornal das PME" muito gosta do hábito dos Governantes e gestores públicos de discursarem sobre a subsidiodependência dos privados, de que as empresas só querem subsídios…. Aliás teorias vindas de pessoas que vivem dum Estado que come 60% do que as empresa produzem, outra coisa não seria de esperar. Mas interrogamo-nos e francamente preocupamo-nos, não de como vão viver as empresas após 2007. Mas sim, o próprio Estado, os seus serviços. É que, sem aprovação do novo QCA, cujas perspectivas financeiras ainda estão por decidir, entramos em ruptura de tesouraria lá para Abril de 2007! Perdão, entra o Estado. E os seus funcionários, que sem QCA, não há quem salve de salários em atraso. Neste caso não é subsidiodependência, é mesmo falência técnica!



• A responsabilidade social e as boas práticas fiscais, são aliás apanágio de grandes empresas, "ligeiramente" monopolistas. Ora aí temos senhores o caso da BRISA, o tal monopólio de serviço público, que cobra o que quer, pelas auto-estradas sempre em obras, sempre impecáveis. Impecável é aliás o método fiscal usado. Ora não é que as portagens da BRISA ostentam o curioso aviso que ninguém nunca nas Finanças viu: "Entrega de Recibo quando solicitado"! Já sabemos que o Ministro das Finanças usa a via verde, e aliás todos os seus funcionários. Ainda bem, porque assim evitava ter que solicitar recibo, como acontece a qualquer contribuinte que queira pagar em dinheiro…

• Algumas grandes empresários, daqueles que falam em responsabilidade social e ética cristã, como que dando lições ás PME sobre responsabilidade social! Pois bem, nós não acreditamos, constatamos mesmo que, Deus escreve direito por linhas tortas. E não é que as buscas ao Millenium BCP aconteceram no dia anterior a um encontro sobre o código de ética da Associação Cristã de Empresários e Gestores! No qual participaram activa e mediaticamente figuras proeminentes, que vieram ou são de bancos sob suspeita: José Roquette (ex-administrador do BES) e Paulo Teixeira Pinto (Presidente do Millenuim BCP). É caso para pensar, bem prega Frei Tomás…

• O "Jornal das PME", promete um prémio para quem acertar na seguinte adivinha: Qual é a grande empresa, onde factura só lhe é entregue se solicitada antes de entregar ao caixa os bens que quer comprar? Um sistema informático, impede a emissão de facturas, informam os simples soldados rasos! Algumas pistas: o seu Presidente também fala muito de responsabilidade social; pertence à associação de gestores cristãos, embora o grupo a que preside despeça funcionárias grávidas; é o empresário "favorito" do Expresso-Economia; costumam no grupo culpar os programas informáticos pelos erros de gestão; está num sector oligopolista. Prometemos divulgar o nome e o premiado na próxima edição…

• De oligopólios e monopólios também muito se pode fazer. De parabéns, está o Presidente da Autoridade de Concorrência, que depois de andar a investigar os padeiros, descobriu que o conluio afinal estava nas moagens. Isto de pois de ser atirado aos laboratórios que tinham preço idênticos. Só nos intriga o que leva o agora implacável Prof. Abel Mateus a permitir que PT a tenha mais de 90% do mercado de telecomunicações, ou que os cinco maiores bancos controlem 80% do mercado financeiro. Bem sabemos que as moagens e os padeiros eram alvos bem mais fáceis. Mas não será em sectores com lucros record numa economia estagnada, que se fazem os "lucros anormais"? E "lucros anormais", em sectores vitais e controlados, não ajudam nada á concorrência da economia, pois não Doutor Abel Mateus?

• A febre do "Corta", começada por Ferreira Leite, continua a contagiar os ministros das Finanças. O "Corta", claro, é na bolsa do contribuinte, porque no Estado e no funcionalismo, já se sabe, é mais fumo que fogo. O "Jornal das PME", recebeu aliás uma lista de imóveis, institutos, assessores, rendas e subsídios, inúteis e que aumentam a despesa pública. Essa lista, antes de ser publicada num próximo número, está claro ao dispor do Professor Teixeira dos Santos. Espera-se no entanto que o seu prazo de validade supere a média dos seus dois antecessores, ou corremos o risco de ver, uma vez mais perdido o destinatário da correspondência. Afinal, falamos não do monstro, mas de cortes em coisas concretas, em interesses directos, e a lista pode não ser realmente do interesse de quem Governa…

• Estamos por esta redacção muito intrigados com a coragem do ministro Alberto Costa e do secretário de Estado João Tiago da Silveira. Mas que bicho lhes terá mordido? Cortam em benefícios absurdos, impõem normas de eficácia, ditam sentenças-tipo, criam formalidades chave na mão eficazes para criar empresa na hora. É caso para dizer que à justiça está a chegar não um plano, não um choque, mas um terramoto tecnológico! Talvez para que os senhores magistrados não passem os três meses de férias a trabalhar, se lhes instale um permanente tele-trabalho e um site em que publiquem os seus meritórios resultados. O terramoto tecnológico, já assusta os magistrados grevistas. Fontes geotécnicas confidenciaram-nos que para a Net vão passar rácios e rankings de custos e resultados, por tribunais e juízos. Aí, em vez de greve de quatro dias numa justiça com dez anos de atraso, teremos uma fuga para sempre…e lá se vai um dos pilares da "democracia"!

■ PORTUGAL NO SEU MELHOR

Dupla tributação dá direito a melhor *serviço público?*

Apesar do recente aumento das tarifas da energia eléctrica para as empresas arbitrariamente imposto pela monopolista EDP, certamente com o aval do accionista Estado representado pelo Governo, o mesmo Governo vem agora onerar ainda mais as já fragilizadas empresas portuguesas com a famigerada taxa de radiodifusão (agora denominada contribuição do audiovisual) que até agora era paga exclusivamente pelos consumidores domésticos.

Até há cerca de dois anos a referida taxa destinava-se à RDP com a finalidade de ser garantido o serviço público de rádio, mas o ministro Morais Sarmento em 2003 decidiu juntar a rádio e a televisão públicas sob a alçada da mesma administração e, ao mesmo tempo, alterou a legislação (Lei 30/2003) de modo a que a taxa paga pelas famílias portuguesas pudesse reverter também para a televisão do Estado. Conhecido que era o avultado passivo da RTP, o então ministro decidiu habilmente socorrer-se de uma receita certa e regular para acudir ao saneamento financeiro da televisão pública, de forma a diminuir os avultados encargos que o Estado tinha com ela. (…)

Se a taxa revertesse exclusivamente para o financiamento da rádio pública ainda era capaz de admitir que ela pudesse ser extensiva às empresas porque em muitos escritórios os funcionários ouvem rádio, desde que fosse feita a necessária redução do valor cobrado em cada factura dado que o universo dos contribuintes seria mais alargado. Na situação actual, a parte de leão proveniente da taxa é abocanhada pela televisão e, por isso, obrigar as empresas a financiarem a televisão parece-me ultrapassar os limites da razoabilidade e do bom senso. (…)

As empresas portuguesas não podem entregar tal soma ao Estado de mão beijada, isto é, sem ser exigido nada em troca, tanto mais que se trata de uma situação que pode ser considerada de dupla tributação, uma vez que os empresários, enquanto consumidores domésticos de electricidade, já pagam a contribuição do audiovisual. Em todo o caso, os empresários ao tornarem-se duplamente contribuintes do Estado ficam com o direito acrescido de verem garantida a implementação, em todos os canais públicos de rádio e de televisão, de um verdadeiro serviço público.

Obs.: Excertos de texto enviado por e-mail

Álvaro José Ferreira
Empresário
em nome individual

Escreva-nos! Faça-se ouvir!

Jornal das PME
Espaço
"Portugal no seu melhor"
Rua André Soares, 755,
1º Esq. – 4715-035 Braga
Fax: 707 50 1234
E-mail:
media@pmeportugal.com.pt

Nota: Por uma questão de espaço, o Jornal das PME poderá, eventualmente, publicar apenas excertos das cartas, faxes e e-mails que nos são dirigidos.

ULTIMAS INSCRIÇÕES

instituto pme formação

PLANO DE FORMAÇÃO 2005 II SEMESTRE

APOSTE NO SEU FUTURO

FORMAÇÃO FINANCIADA

Braga | Porto | Leiria | Coimbra

NOVEMBRO 2005

Porto

Destinatários: Activos | Horário: Pós - Laboral

LINUX AVANÇADO PARA PME'S 60 H
TELEMARKETING 30 H
TÉCNICAS DE MARKETING E DE VENDAS 80 H
FINANCIAMENTO E CRÉDITO BANCÁRIO 60 H
MEDIÇÕES E ORÇAMENTAÇÃO DA CC&OP 66 H
O PROCESSO DE ACREDITAÇÃO DE LABORATÓRIOS 42 H
ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE GESTÃO 69 H
INFORMÁTICA PARA UTILIZADORES - NÍVEL AVANÇADO 60 H
GESTÃO DO FUNDO DE MANEIO 60 H
SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO 60 H

Braga

Destinatários: Activos | Horário: Pós - Laboral

GESTÃO DE CONTRATOS E REGIME JURÍDICO NA CC&OP 70 H
O PROCESSO DE LICENCIAMENTO INDUSTRIAL 74 H
HACCP INTERPRETAÇÃO DA NORMA DS 3027 E 60 H
INFORMÁTICA NA GESTÃO DE PROJECTOS 80 H
CONSULTORES DE INVESTIMENTO BOLSISTA 68 H
LINUX INICIAÇÃO PARA PME'S 60 H

Coimbra | Leiria

Destinatários: Activos | Horário: Pós - Laboral

ATENDIMENTO PÚBLICO - VERBAL E ESCRITO 30 H
TÉCNICAS DE PROTOCOLO EMPRESARIAL E INSTITUCIONAL 30H
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NAS EMPRESAS 36 H
TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO E LIDERANÇA 60 H
COMO GERIR UM SITE WEB C/ FRONT PAGE 90 H
NEGOCIAÇÃO AVANÇADA : FOCO NOS RESULTADOS 30 H

Informação detalhada dos cursos em:

WWW.PME.ONLINE.PT

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

TEL. 707 50 1234
FAX 707 50 1235

info@pmeportugal.com.pt
www.pme.online.pt

INFORMAÇÕES:
O Instituto Pme Formação é um organismo do Universo PME-Portugal

A PME-PORTUGAL:
A PME-Portugal é a Associação das PME - Pequenas e Médias Empresas de Portugal

REGALIAS:
Subsídio de Alimentação
Certificado de Formação

Condições especiais para empresas

■ CLUBE DAS EMPREENDEDORAS

Mulheres de Leiria apostam na iniciativa empresarial

Como criar um negócio próprio ou como concorrer aos sistemas de incentivos em vigor foram algumas das questões que o Clube das Empreendedoras – Clube de Apoio à Vida Profissional da Mulher deu resposta na sessão de esclarecimento que promoveu, em Setembro, em Leiria.

Esta sessão, que integrou o ciclo de seminários que o Clube das Empreendedoras tem vindo a promover em várias localidades do país, destinou-se a todas as mulheres, empregadas ou não, que queiram concretizar o sonho de criar o seu próprio negócio.

O Clube das Empreendedoras foi criado com a missão de dar a todas as mulheres informação, aconselhamento e reencaminhamento na procura de emprego e no empreendimento de novos negócios, bem como ajudar nas lacunas que estas poderão ter na formação adequada ao seu perfil.

■ *Clube das Empreendedoras esteve em Leiria*

Até ao final do ano estão previstas mais duas sessões de esclarecimento, uma em Coimbra e outra em Aveiro, em datas e locais ainda a confirmar.

Contactos:
Clube das Empreendedoras
Rua André Soares,
129, 1º Andar
4715-002 Braga
Telefone: 707 50 12324
Fax: 707 50 1235
E-mail: pmeportugal.com.pt
www.pme.online.pt

■ JOVENS ABREM O SEU PRÓPRIO NEGÓCIO

Empreender no feminino

Três jovens empreendedoras, que participaram no programa Empreendedoras PME, gerido pela PME-Portugal, abriram muito recentemente o seu próprio negócio. Foi com grande ansiedade, mas com excelentes expectativas no futuro que inauguraram os seus estabelecimentos.

No Porto, Sandra Vieira abriu a Papelaria O Poeta, mesmo em frente à casa onde nasceu Almeida Garrett, na Rua Dr. Barbosa de Castro.

Em Braga, Fabienne Tireau inaugurou a Pimenta Preta – Design e Objectos de decoração, na Rua de Santo André.

Em Leiria, Bela Caires aliou o gosto pela escrita que trás consigo há muitos anos à experiência na edição de livros e constituiu uma editora livreira, por enquanto ainda em nome individual.

No próximo dia 19 de Novembro, pelas 16 horas, na Biblioteca Afonso Lopes Vieira, no Terreiro, em Leiria, Bela Caires irá lançar o primeiro volume da colecção de livros infantis "O Menino Especial". O primeiro volume intitula-se "O Menino Especial Salva o Rio" e tal como os futuros volumes revela-nos uma fábula sobre o ambiente e a ecologia, onde um menino com poderes especiais irá, em conjunto com outras crianças, duendes, animais, fadas, entre outros personagens, resolver os problemas ambientais da Terra.

PIMENTA PRETA
design e objectos de decoração

associação pme portugal

REGISTO DE MARCAS® E PATENTES
Sem burocracia, sem papelada, sem dores de cabeça.
A PME-Portugal apresenta-lhe o seu mais recente
SERVIÇO DE REGISTO DE MARCAS, LOGÓTIPOS E PATENTES.
Só tem de nos contactar que nós tratamos de tudo.
TEL. 707 50 1234
FAX 707 50 1235
info@pmeportugal.com.pt
www.pme.online.pt
ASSOCIAÇÃO DAS PME-PORTUGAL
Associação das PME – Pequenas e Médias Empresas de Portugal
SERVIÇOS CENTRAIS
Rua André Soares, 129, 1º - sala 1
4715-002 BRAGA
PEQUENAS EMPRESAS... **GRANDES NEGÓCIOS.**

IFEI
Instituto de Formação Empreendedorismo e Inovação
Av. Boavista, 1015 1º andar 4100-128 Porto

Qualid Investigação e Desenvolvimento em Qualidade
CONSULTADORIA EM QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA.
INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS, PROTÓTIPOS E PATENTES PARA A INOVAÇÃO NAS ÁREAS ORGANIZACIONAIS, QUALIDADE, ELECTRÓNICA E NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
qualid@mail.pt

associados PME-Portugal

Nota: Empresas que se associaram no segundo trimestre de 2005

Fábrica de Meias Nuri, Lda.
Webneo Design, Lda.
Criatraço – Indústria de Design, Lda.
José & Luis Costa, Lda.
AMT – Assistência Médica no Trabalho, Lda.
NovaDiesel – Rep. Bombas Inj., Lda.
Porto À Noite – Publicidade e Organização de Eventos, Lda.
Cifeana – Sanitária, Lda.
DF Carvalho – Soc. Unipessoal, Lda.
Sítio Doce – Pão Quente e Confeitaria, Lda.
Xtreme Sports Klan, Lda.
Refrinovar – Comércio de Equipamentos Hoteleiros e Climatização Unipessoal, Lda.
Centro de Ensino de Línguas, Lda.
Digiseg – Sistemas de Vigilância e Acess., Lda.
MGWax, Lda.
A Descentralizadora – Com. e Ind., Lda.
Automatex – Equipamentos Industriais, Lda.
TDG – Têxteis, Dillmann & Gomes, Lda.
Cascata Food Franchise – Gestão de Franchise, Lda.
JM Santos – Imp. Dist. Produtos Alimentares, Lda.
Higicás – Produtos de Higiene, Lda.
Modum – Assessoria de Gestão, Lda.
Contacto Visual – Serviços de Informática - Unipessoal, Lda.
Auto Filivone, Lda.
Alfredo da Silva Barbosa, Lda. – Real Sabores – Carnes
Virtual Master, Web Design, Lda.
Pexa – Indústria de Passamanarias, Lda.
Novisprint – Indústria Gráfica, Lda.
PRN – Informática, Lda.
Polo J P – Oficina de Arte, Lda.
PSM – Design, Projecto de Sistemas de Moldes e Design, Unipessoal, Lda.
Jorge Cruz & Irmão, Lda.
Tabacos António Rito, Lda.
Loja Postal – Carlos Alberto Beato Almeida
A. Gomes & Gomes, Lda.
Decimo – Sistemas de Informação, Lda.
Optaclima – Instalações Eléctricas e Mecânicas, Lda.
ACCS – Serviços de Comunicação e Informática, Lda.
Atelier Maciel Cardeira
HotEspaço – Equipamentos Hoteleiros, Lda.
2VD – Informática e Serviços, Lda.
Jorlop, Plásticos e Papel, Soc. Unipessoal, Lda.
Clínica de Fisioterapia e Medicina Stª Maria Maior, Lda.
Radiauto – Comércio de Radiadores e Peças, Lda.
Palavras Soltas – Edição, Lda.
J G R – J. Gomes e Rodrigues, Lda.
Mecanofluidos, Inst. Electro. Redes Fluidos, Lda.
Candeias – Artes Gráficas Unipessoal, Lda.
PPJ – Viveiros e Jardinagem, Lda.
Interlabor – Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, Lda.
Danijo – Ind. Conf., Lda.
Equigerax – Equipamento Geral de Raios X, S.A.
Alto – Perfis Pultrudidos, Lda.
Fafediesel – Comércio e Assistência Auto, Lda.
Valviconta – Gabinete de Contabilidade, Lda.
MSM – Manutenção e Serralharia Mecânica, Lda.
Trialarmes, Lda.
Jobraga – Comércio de Ferragens, Lda.
Ô Cult
Antero C. Pinho, Lda.
SW Internacional Têxteis, Lda.
ColorBlind, Consultadoria Soluções Digitais Unipessoal, Lda.
Aldeco – Comércio Internacional, Lda.
ASP Alarmes e Segurança Preventiva, Lda.
José Júlio, Distribuição de Gás e Com. Electr., Lda.
Memória – Consultores de Gestão e Fiscalidade, Lda.
José Oliveira & Filhos, Lda.
Maria João Teixeira Soares – 100% Uniform
FCC – Máquinas, Equipamentos Hoteleiros, Lda.
Confenor – Indústria de Confecções, S.A.
Carvalho, Mendes & Garcia, Lda.
Insight – Psicologia e Recursos Humanos, Lda.
Total Fire – Instalação e Manutenção Sist. Seg. e Formação Lda.
Melo & Santos, Lda.
Empilhapeças, Lda.
Double Business – Contabilidade e Informática, Lda.
Cimblofer, Fabrico de Artigos de Cimentos, Lda.
AJ Aguiar – Comércio Geral, Lda.
Celestex – Importação e Exportação de Têxteis, Lda.
Clínica de Fisioterapia STº Ildefonso
Confecções Rachas & Abreu, Lda.
Copaca, Lda.
Calcilândia, Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza, Lda.
Saúl José da Cunha Mendes Braga
Contas de Somar – Serviços de Contabilidade, Lda.
Nuno Miguel Martins Vilaça
A 400 – Projectistas e Consultores de Eng. Civil, Lda.
CCR – Comércio de Rolamentos e Máquinas, Lda.
Sadintegra – Sistemas de Segurança, Lda.
Escola de Condução Paranhos 2002 Lda.
Tipografia Nunes, Lda.
Easyn – Desenvolvimento e Fabrico de Automatismos, Lda.
Maximino Sousa & Filhos, Lda.
SC – Automóveis & Componentes, S.A.
Maria de Lurdes Costa Moutinho S. Almeida
Dental Porto – Designers, Lda.
CE Embalagens, Lda.
Gaer – Instituto Medico Radiologia Clínica, Lda.
Delche – Produtos Manutenção Auto, Lda.
Ornimundo 2, Lda.
Ibermaros – Equip. Industriais, Lda.
Rafael Freitas Unipessoal, Lda.
Francisco Machado & Cª, Lda.
Gabicambra – Gabinete de Contabilidade, Form. Projectos, Lda.
PipeLife Portugal, Sistemas de Tubagens Unipessoal, Lda.
Cingel – Contabilidade Informação e Gestão, Lda.
Factor Ambiente – Engenharia do Ambiente, Lda.
Orgal – Organização Gráfica e Publicidade de Orlando & Cª, Lda.
Alexandra Maria da Silva Lourenço Marques Cardoso
Transporte de Moda Expresso, Lda.
Lectrim – Manutenção, Electricidade e Decoração, Lda.
A Mendes Torrado & Carvalho, Lda.
Grabofer – Indústria de Granitos, Betão e Seus Derivados, Lda.
Euroclario, Lda.
AC Fontão – Produtos Alimentares, Lda.
Lardomus – Sociedade de Alimentos, Lda.
Novel Basto – Indústria de Componentes de Madeira, Lda.
A Bolha – Produção e Comercialização Produtos de Higiene, Lda.
Promocompo – Componentes Industriais, Lda.
Porsel – Comércio e Serviços de Informática, Lda.
Contass – Contabilistas Associados, Lda.
JMBQ – Contabilidade e Gestão Unipessoal, Lda.
Porlogis – Trânsito e Logística, Lda.
BMHT – Informática, Lda.
Artur M.da Costa Silva Gonçalves, Lda.
FIG – Fábrica de Plásticos, Lda.
Marques & Carmo, Equip. Hoteleiro e Mobiliário Metálico, Lda.
Instalsport, Lda.
Mestre de Palmo e Meio, Lda.
António Matos (Gabinete Técnico de Contabilidade)
Duarte & Oliveira, Lda.
Centro de Aprendizagem, Desenvolvimento e Educação Anikó, Lda.
Alvaro Matos & Filhos, Lda.
Speed Factor, Consultoria e Serv. Tec. de Eng., Lda.
Grafismos, Lda.
Maio, Carmo & Martins, Lda.
HomeVision – Arquitectura & Design, Lda.
Megaprel – Projectos de Electrotécnica e Consultoria, Lda.
Moura, Moura & Moura, Lda.
SAC – Consultoria em Sistemas de Gestão, Lda.
Abel Marques Febra
J. Coelho & Cª, Lda.
Hidroeste, de Bruno Miguel Godinho Pontes
Sílvia Maria Torres Gonçalves R. Rocha
Minhofumeiro – Enchidos e Fumados à Moda de P. Lima, Lda.
Tavolanostra – Eventos Globais, Lda.
Paulisani – Sanitários, Lda.
Pedro Oliveira – Serralharia
Maria José da Cruz Vieira
Cotexiber – Comércio de Fibras Têxteis, Lda.
Jotax – Equipamentos de Escritório e de Reprografia, Lda.
Quamel – Comércio Internacional de Produtos, Lda.
Proglobal – Comércio de Produtos Licenciados, Lda.
Idealbanho – Comércio de Materiais de Construção, Lda.
Tolniber – Graça & Mendes, Lda.
Neckmolde – Moldes e Acessórios para Industria Vidro de Embalagem, Lda.
Orla – Sociedade Geral de Representações, Lda.
New Style – Rent-a-Car, Automóveis de Aluguer, Lda.
Pinguim Design, Lda.
Cabo – Mat. De Construção de António Martins F. da Silva, Lda.
Gravidade – Eventos e Actividades de Ar Livre, Lda.
Pórtico Design – Revestimentos de Interiores, Lda.
José Ricardo Guedes Rego Sampaio
Equival Ambiente – Soluções Ambientais e Lazer, Lda.
Inforbeta, Lda.
GEG – Gabinete de Estruturas e Geotérmica, Lda.
Fancer – Cerâmica de Fanhais, Lda.
Matelcomp S.A.
Fortunato & Brandão – Sistemas Informáticos, Lda.
Malhas Gato Preto, Lda.
Miscode – Comunicação, Design e Sistemas de Informação, Lda.
Ana Maria Pinto da Silva Martins

agenda associativa

Setembro 2005

- "Emprego e Desenvolvimento Económico na Área Metropolitana do Porto"

Organização: Escola de Negócios e Administração
Vila Nova de Gaia

Joaquim Rocha da Cunha, presidente da PME-Portugal, interveio no painel "Políticas de Emprego e Desenvolvimento Económico"

- "Fórum sobre os Têxteis"

Organização: Partido Nova Democracia
Guimarães

Paulo Araújo, vice-presidente da PME-Portugal, interveio no painel "O papel das instituições públicas no apoio ao têxtil"

Outubro 2005

- "Internacionalização das PME – Oportunidades de Desenvolvimento em Espanha"

Organização: Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Portugal
Lisboa

Joaquim Rocha da Cunha, presidente da PME-Portugal, interveio no painel "O Marketing Internacional em Acção".

JORNAL DAS PME

■ BASE DE DADOS DISPONÍVEL EM 2006

Plataforma mede *exportação e inovação* das empresas

Apresentada recentemente, a Plataforma para a Inovação, Exportação e Competitividade, vai permitir construir uma base de dados com o objectivo de definir estratégias globais e dirigir os apoios às empresas portuguesas.

Tratar-se-á de uma ferramenta de medição da exportação e inovação das empresas portuguesas que o executivo de José Sócrates pretende implementar, no âmbito do "Plano tecnológico".

Assim, através de um questionário na Internet qualquer empresa poderá fazer um auto-diagnóstico, gratuito e anónimo. Com base nessa informação será avaliado o grau de exportação, inovação e competitividade da empresa que será acrescentado a uma base de dados.

Através deste processo, a Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico estará em condições de aconselhar à empresa um conjunto de incentivos económicos ou fundos internacionais que incluem acesso gratuito e confidencial a um auto-diagnóstico interno, benchmarking sectorial, acesso a informação gratuita em função de necessidades específicas, acesso a fundos, prémios, certificações, serviços, parcerias, entre outros.

A primeira apresentação pública completa da metodologia e métricas científicas de apoio à Plataforma, assim como potenciais implicações empresariais já se encontra on-line em:

http://prof.fe.unl.pt/~lflages/criarvalor

a fechar

• José Sócrates apresentou o novo PRIME há cinco meses no Europarque. Anunciou mais um milhares de milhões. E pediu arrojo e ambição, para o Plano Tecnológico. Por isso, não se percebe porque demoram as medidas e decisões na economia. Mais uma vez bastaria olhar para Espanha. As PME têm acesso a fundos públicos via formulários bancários de uma página. Por cá, não há um sistema de incentivos às micro-empresas aberto. Quanto ao financiamento e capital de risco, esperemos por novidades concretas…

• As empresas inovadoras de Espanha, vão dispor em 2006 de 55 parques tecnológicos, de Málaga a Orense, para se localizarem. E por cá, o Norte corre o risco de devolver verbas a Bruxelas, porque a Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte e o Ministro da Economia, não decidem nem executam, as poucas verbas que têm para o efeito! Terão sido as autárquicas, ou o dossiê energia? É que as primeiras já passaram. E quanto ao segundo problema, bem pode o Ministro pedir ajuda ao seu antecessor, deputado da nação e cônsul da Iberdrola em Portugal, que concebeu a embrulhada!

• Além de prolífico em declarações políticas, Vítor Constâncio, pelos vistos, esqueceu-se que uma das suas funções fundamentais é a supervisão bancária. Senão, como se explica que tenham que ser Judiciária e Ministério Público a entrarem nas sedes de importantes bancos? Já sabíamos que a macro economia política ocupa o cérebro imenso de "Vitinho", mas será que desta vez a distracção não foi longe demais! Só está em causa a credibilidade do sistema financeiro, a confiança na economia. E adivinham-se, desta vez maciças, fugas de capitais dos nossos bancos!